

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS**

César Stasiak

**IMPACTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS BANCÁRIOS NO RESULTADO DE
UMA EMPRESA**

Porto Alegre

2013

César Stasiak

**IMPACTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS BANCÁRIOS NO RESULTADO DE
UMA EMPRESA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Mestre Roberto Lamb.

Porto Alegre

2013

CÉSAR STASIAK

**IMPACTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS BANCÁRIOS NO RESULTADO DE
UMA EMPRESA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Mestre Roberto Lamb.

Conceito final:

Aprovado em de de

BANCA EXAMINADORA

Prof. – Instituição:

Prof. – Instituição:

Prof. – Instituição:

Orientador – Prof. Mestre Roberto Lamb – Instituição: UFRGS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha filha.

AGRADECIMENTOS

Nessa caminhada foram inúmeras as pessoas que deram sua contribuição e que eu gostaria de agradecer. No entanto alguns se superaram em bondade, dedicação, carinho, apoio e na torcida para que pudesse concluir o curso.

A minha esposa e filha pela compreensão da ausência e pelo incentivo nos momentos difíceis. Vocês são minha fonte de energia.

Aos irmãos, irmãs, pais e demais familiares embora muitas vezes ausente todos os dias estão em meus pensamentos.

Aos sócios da empresa, em especial ao que de forma atuante me auxiliou com sua disposição e abrindo as portas da empresa, permitindo que tivesse acesso às informações. Também aos demais funcionários da empresa que colaboraram para que pudesse desenvolver o trabalho, principalmente o contador.

Aos amigos, principalmente ao casal que por muitos anos me auxiliou, são pessoas como vocês que me faz acreditar que nascemos para ajudar o outro.

Em especial ao professor Roberto Lamb por ter aceitado o convite para ser orientador do meu trabalho, sendo claro, direto e simples, embora seja um homem de inestimável conhecimento e reputação.

RESUMO

É histórica a dificuldade das pequenas, médias e microempresas no que tange a tomada de crédito. Muitas delas não conseguem sequer chegar ao mercado financeiro para suprir suas necessidades de crédito no momento de dificuldade. Parte daquelas que tem acesso acabam onerando de forma demasiada seu fluxo de caixa, porque às taxas de juros são altíssimas, as vezes inviabilizando muitos negócios. O presente trabalho teve o objetivo de identificar quais são os impactos dos produtos e serviços bancários no resultado de uma empresa. Foram relacionadas todas as despesas com tarifas, pagamento de juros, IOF de todas as operações e contas bancárias de determinada empresa no período de 2012. De posse das informações, comparamos às taxas que essas operações foram tomadas às taxas médias divulgadas pelo BACEN no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) para compararmos qual era a taxa tomada pela empresa e a taxa média do mercado. Para melhor entendimento das taxas que a empresa paga ao mercado bancário, realizamos uma análise econômico-financeira através do cálculo dos índices de liquidez, rentabilidade e de estrutura de capital. Também realizamos a análise do saldo de tesouraria, capital de giro e necessidade de capital de giro pelo Modelo Fleuriet para tentarmos propor soluções na estrutura de tomada de crédito da empresa para os próximos períodos.

Palavras chaves: Produtos bancários, taxa de juro, indicadores financeiros, Modelo Fleuriet.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Despesas financeiras com operações de capital de giro em 2012.	49
Tabela 2 - Despesas financeiras com uso de cheque especial.....	49
Tabela 3 - Despesas financeiras com financiamento de projeto.	50
Tabela 4 - Despesas financeiras com aquisição de bens.	50
Tabela 5 - Despesas financeiras com desconto de cheques.	51
Tabela 6 - Despesas financeiras com outros produtos e serviços.	51
Tabela 7 - Despesas financeiras com tarifas diversas.	52
Tabela 8 - Resumo das despesas financeiras.....	53
Tabela 9 - Nível de endividamento da empresa.....	54
Tabela 10 - Comparativo das taxas das operações de crédito.....	57
Tabela 11 - Índices de estrutura de capital.....	58
Tabela 12 - Índices de liquidez.....	59
Tabela 13 - Índices de rentabilidade ou resultado.....	60
Tabela 14 - Índices de cobertura (juros e caixa).	63
Tabela 15 - Balanço patrimonial de 2010.....	64
Tabela 16 - Balanço patrimonial de 2011.....	65
Tabela 17 - Balanço patrimonial de 2012.....	66
Tabela 18 - Evolução do saldo de tesouraria (T).....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ativo Circulante
AH	Análise Horizontal
ANC	Ativo não Circulante
AT	Ativo
AV	Análise Vertical
BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil
Bco	Bancos Cooperativos
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BP	Balanço Patrimonial
CCL	Capital Circulante Líquido
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDC	Crédito Direto ao Consumidor
CDG	Capital de Giro
CEF	Caixa Econômica Federal
CG	Capital de Giro
CMN	Conselho Monetário Nacional
Compe	Compensação
CP	Curto Prazo
DDA	Débito Direto Autorizado
DOC	Documento de Crédito
DRE	Demonstrativo de Resultado de Exercício
ELP	Exigível a Longo Prazo
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Cobertura de Caixa
ICJ	Índice de Cobertura de Juros
IOF	Imposto Sobre as Operações Financeiras
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LAJIR	Lucro antes dos Juros e Imposto de Renda
LB	Lucro Bruto
LL	Lucro Líquido
LP	Longo Prazo
MDR	<i>Merchant Discount Rate</i>
NCG	Necessidade de Capital de Giro
OP	Ordem de Pagamento
PC	Passivo Circulante
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Patrimônio Líquido
PNC	Passivo não Circulante
RLP	Realizável a Longo Prazo

ROL	Resultado Operacional Líquido
S/A	Sociedade Anônima
SCR	Sistema de Informações de Crédito do Banco Central
SGS	Sistema Gerenciador de Séries Temporais
SIC	Segundo Informações Colhidas
SMS	Serviço de Mensagem Simultânea
SPB	Sistema de Pagamento Brasileiro
T	Saldo de Tesouraria
TED	Transferência Eletrônica Disponível
VL	Vendas Líquidas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 EMPRESA	11
1.2 PROBLEMA.....	13
1.3 OBJETIVOS	13
1.3.1 Objetivo Geral	14
1.3.2 Objetivos Específicos	14
1.3.3 Método de Trabalho	14
2. REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1 MERCADO FINANCEIRO.....	16
2.1.1 Conselho Monetário Nacional	17
2.1.2 Banco Central do Brasil – BACEN	19
2.1.3 Bancos Comerciais	20
2.1.4 Bancos Múltiplos	21
2.1.5 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	22
2.1.6 Caixa Econômica Federal – CEF	23
2.1.7 Banco do Brasil – BB	24
2.1.8 Bancos Cooperativos - BCo	24
2.2 MERCADO BANCÁRIO	25
2.2.1 Produtos e Serviços do Mercado Bancário	25
2.3 ELEMENTOS PARA ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DA EMPRESA	34
2.3.1 Índices de Estrutura de Capital	35
2.3.2 Índices de Liquidez	36
2.3.3 Índices de Rentabilidade	38
2.3.4 Análise Vertical e Horizontal	39
2.3.5 O Modelo Fleuriet	40
2.4 OUTROS ITENS DAS DESPESAS FINANCEIRAS	41
2.4.1 IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	42
2.4.2 Cartões de Crédito	43
2.5 SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CRÉDITO DO BACEN – SCR	43
2.6 TAXAS DE JUROS	44
3. COLETA DE DADOS	47
3.1 ESTRUTURA DAS DESPESAS FINANCEIRAS.....	47
3.2 DADOS DA EMPRESA	48

3.3	RESUMO DAS DESPESAS FINANCEIRAS	53
3.4	NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DA EMPRESA	53
3.5	TAXAS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	55
3.6	INDICADORES FINANCEIROS DA EMPRESA	58
3.6.1	Índices de Estrutura de Capital	58
3.6.2	Índices de Liquidez.....	59
3.6.3	Índices de Rentabilidade ou Resultado	60
3.6.4	Análise Vertical e Horizontal.....	61
3.6.5	Índices de Cobertura (Juros e Caixa).....	63
3.6.6	Cálculo da NCG, CDG e Saldo de Tesouraria pelo Modelo Fleuriet.....	64
4.	ANÁLISE DOS DADOS	68
5.	CONCLUSÕES	74
5.1	SUGESTÕES.....	75
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79
	ANEXOS	81
	Anexo A) Balanço Patrimonial em 31/12/2012	81
	Anexo B) Demonstrativo de Resultado de Exercício 2012.....	81
	Anexo C) Balanço Patrimonial em 31/12/2011	82
	Anexo D) Demonstrativo de Resultado de Exercício 2011.....	82
	Anexo E) Balanço Patrimonial em 31/12/2010	83
	Anexo F) Demonstrativo de Resultado de Exercício – 2010.....	83
	Anexo G) Análise Vertical e Horizontal dos BP's	84
	Anexo H) Análise Vertical e Horizontal dos DRE's	85
	Anexo I) Relação dos desembolsos de caixa com despesas financeiras e amortizações no ano de 2012.....	85

1. INTRODUÇÃO

A população brasileira no ano de 2012 observou um fato histórico no cenário do mercado financeiro brasileiro – a redução da taxa básica de juros (*selic*) a patamares nunca antes observados – com conseqüente redução dos *spread's* bancários. Observamos que o governo federal, através de políticas públicas, utilizando a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, travou um embate para que a população e as empresas pudessem tomar crédito a taxas mais condizentes com o cenário econômico vivido pelo país.

Em conseqüência disso os tomadores de crédito começaram com maior força a realizar a migração de suas operações de crédito para outras instituições financeiras para que as despesas financeiras pudessem ser reduzidas. Essa movimentação fez com que o número de operações de portabilidade de crédito batesse recorde em abril de 2013, chegando ao patamar de 55 mil operações portadas para outras instituições financeiras. Comparando com ano anterior, percebemos que o percentual de crescimento ficou acima de 100%, onde em abril de 2012 foram registradas pouco mais de 26 mil operações.

Diante desse cenário, foi efetuado um estudo de caso em uma empresa do setor de saúde de Porto Alegre que, devido aos intensos investimentos em aparelhos de alta tecnologia, necessita buscar no mercado financeiro recursos para financiamento de máquinas, equipamentos e capital de giro. No entanto, através deste trabalho, foram verificadas quais são as dificuldades de se realizar a correta captação e alocação dos recursos de modo a não comprometer o fluxo de caixa da empresa.

1.1 EMPRESA

A empresa analisada é uma prestadora de serviços de diagnóstico por imagem, atua na realização de exames de Ressonância Magnética, Tomografia Computadorizada, Raio-x, Mamografia, Ecografia e Densitometria Óssea. De acordo

com a Lei complementar nº 123, art. 3º, inciso II¹, a empresa é classificada como de pequeno porte, pois auferiu faturamento de 1,8 milhões no ano de 2012.

A composição societária divide-se em dois sócios, sendo que um tem formação em Radiologia (Tecnólogo), profissional que “realiza exames de diagnóstico ou de tratamento, processa imagens e/ou gráficos, planeja atendimento, organiza área de trabalho, equipamentos e acessórios, opera equipamentos, prepara paciente para exame de diagnóstico ou de tratamento, atua na orientação de pacientes, familiares e cuidadores e trabalha com biossegurança”². Mas o sócio em questão não atua na área de formação, mas como Diretor da empresa.

O outro sócio possui formação em Física e atua na área de Física Médica e Radioproteção, profissional responsável pelo cálculo e otimização de blindagens de salas onde são realizados os exames, levantamento radiométrico e plano de proteção de funcionários e pacientes.

A empresa é administrada pelo sócio que tem formação em Radiologia, assumindo a função de Diretor. Suas atribuições na empresa são as de planejamento, organização, gerencial e administrativa.

Um prestador de serviço de saúde pode ser visto como uma entidade transformadora que utiliza os recursos físicos, humanos e tecnológicos de que dispõe ou obtém para produzir serviços de saúde que, por sua vez, são entregues à população. A maioria dos bens e serviços de saúde tem como peculiaridade o fato de que os serviços prestados vinculam-se diretamente ao indivíduo; o serviço de saúde só se concretiza no momento em que atende às necessidades de saúde do usuário ou paciente. Para tanto, os suportes utilizados incluem recursos humanos, materiais hospitalares, equipamentos, instalações e tecnologia (Queiroz, 2011).

¹ A redação completa poderá ser acessada no *site*

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>

² Atribuições de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, instituída por portaria ministerial nº 397, de 9 de outubro de 2002.

1.2 PROBLEMA

O problema identificado na empresa e que gera este trabalho é o fato de ela, como muitas empresas, ter elevados gastos com custos de financiamento, pagamento de juros, tarifas e IOF, assim como desembolsos de caixa para amortização das operações, representando 29% da Receita Líquida dos quais metade (14,45%) representando despesas financeiras. A empresa analisada, devido aos investimentos em aparelhos de alta complexidade³, na maioria importados, necessita recorrer ao mercado financeiro para financiar seus investimentos, necessários à manutenção da qualidade a que se propõe para seus exames, visto que a estratégia é de alavancar a empresa com capitais de terceiros.

Observamos que as administrações das pequenas, médias e microempresas dificilmente conseguem as melhores taxas de juros do mercado financeiro. Na maioria das vezes elas não possuem fluxo de caixa suficiente para serem clientes de diversos bancos, ficando restritos às ofertas daqueles bancos nos quais são clientes.

Com isso realizamos um estudo de caso que mostra quais são os impactos que as despesas financeiras, principalmente com pagamento de juros, causam no resultado de uma empresa e, se no momento da busca do crédito no mercado financeiro, poderia haver a possibilidade de se tomar crédito à taxa mais baixa, condizentes com o cenário econômico e com a realidade da empresa.

1.3 OBJETIVOS

Os objetivos do trabalho serão relacionados a seguir, subdividindo-se em geral e específicos, como segue:

³ Aparelhos de Ressonância Nuclear Magnética e Tomografia Computadorizada;

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os gastos com despesas financeiras no exercício de 2012 em uma empresa de prestação de serviços na área da saúde.

1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos serão:

- a) Realizar levantamento detalhado das despesas financeiras com produtos e serviços bancários que a empresa teve no período de 2012, utilizando como fonte de informação os extratos de todas as contas bancárias;
- b) Calcular a necessidade de capital de giro (NCG), o capital de giro (CDG) e o saldo de tesouraria (T), utilizando como fonte a demonstração de resultados (DRE) e o balanço patrimonial (BP);
- c) Comparar às taxas dos valores tomados pela empresa no mercado financeiro com as taxas médias divulgadas pelo BACEN, utilizando-se O Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS);
- d) Analisar o impacto das despesas dos produtos e serviços bancários no resultado da empresa;
- e) Propor a realização de novas estratégias de tomada de crédito, obtenção de produtos e serviços financeiros de acordo com as reais necessidades da empresa;

1.3.3 Método de Trabalho

Para analisar os gastos com as despesas financeiras de uma empresa, prestadora de serviços no setor de saúde, no decorrer do ano de 2012 foram utilizados alguns procedimentos, os quais relacionamos no decorrer deste item.

A empresa não possui um controle adequado das despesas financeiras, então para que pudéssemos saber com exatidão qual era o total gasto, analisamos os extratos bancários de todas as contas correntes da empresa, juntamente com os contratos bancários das operações de crédito. Sabemos que as despesas financeiras, geralmente, são debitadas em conta corrente, principalmente aquelas envolvendo pagamento de juros do cheque especial e tarifas bancárias. Desse modo conseguimos saber o exato nível de gastos com tais despesas.

Em seguida analisamos às taxas que a empresa paga pelas operações de crédito e comparamos às taxas médias do mercado financeiro divulgadas pelo BACEN, no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), para que pudéssemos realizar a comparação se a empresa está tomando crédito à taxa mais alta ou mais baixa da média do mercado financeiro.

Com esta análise vimos que a empresa está tomando crédito à taxa mais alta que a média do mercado financeiro. Por este motivo realizamos o cálculo dos principais indicadores, como os índices de liquidez, rentabilidade, lucratividade, assim como a situação econômico-financeira da empresa pelo Modelo Fleuriet, para sabermos quais são os indicadores da empresa e se os mesmos refletem, pelo menos em parte, o pagamento de taxas de juros superiores à média do mercado.

Além, tivemos o propósito de sugerir um novo modelo de tomada de crédito, que fosse mais barato para a empresa e de acordo com o tipo de investimento que a empresa estivesse realizando. Com isso buscamos realizar a análise de quais bancos possuem operações de crédito que poderiam ser contratadas pela empresa e que as taxas de juros fossem menores daquelas que a empresa vem pagando.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A revisão tem o objetivo de trazer os conceitos fundamentais para a realização deste trabalho visando contribuir para o entendimento das questões pertinentes e levantadas neste relatório de acordo com os principais conceitos e práticas adotados.

2.1 MERCADO FINANCEIRO

O mercado financeiro é composto pelo conjunto de instituições e instrumentos financeiros destinados a possibilitar a transferência de recursos dos ofertadores para os tomadores, criando condições de liquidez no mercado (Andrezo, Lima, 2000).

Para Securato (2007 p. 26) mercado financeiro ou bancário é:

O conjunto de instituições e operações ocupadas com o fluxo de recursos monetários entre os agentes econômicos. Basicamente, é o mercado de emprestadores e tomadores de empréstimos, sendo que o valor da remuneração destes empréstimos é chamado de juros ou, em termos percentuais, de taxa de juros.

Levando em consideração um contexto mais abrangente, podemos considerar que mercado financeiro é todo o sistema, a estrutura, os órgãos reguladores, os produtos, as instituições.

Para Fortuna (2010), o mercado financeiro é um elemento dinâmico que contribui para o crescimento e desenvolvimento de um país, uma vez que permite aumentar os níveis de poupança e empréstimo do sistema.

Na definição acima identificamos o papel fundamental de auxiliar no crescimento econômico do país, desempenhado por toda a estrutura e as instituições financeiras que compõe o sistema. Mas no que toca às instituições financeiras (Fortuna, 2010) a Lei da Reforma Bancária 4.595/64, caracteriza com maior exatidão.

Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Os mercados financeiros são os mercados de captação e aplicação de recursos, em prazos, volumes e moedas diversos, negociados direta e indiretamente pelo parâmetro da taxa de juros, que funciona, praticamente, como moeda de negociação (Securato, 2006).

Qualquer sistema financeiro está em constante mudança, junto com a evolução da própria economia e seus ciclos. Há períodos de concentração de serviços em uma única instituição, há períodos em que empresas se especializam em um único tipo de serviço financeiro (Mellagi Filho, Ishikawa, 2000).

Há períodos em que o governo permite maior liberdade às forças de mercado e às vezes acirra a regulamentação para controle e fiscalização. O sistema financeiro brasileiro possui inúmeras peculiaridades, muitas delas relacionadas ao fato de o país possuir fortes carências econômicas e sociais (Mellagi Filho, Ishikawa, 2000).

Trazendo o conceito de mercado financeiro para a gestão financeira das empresas podemos dizer que elas podem tirar proveito caso sejam conhecedoras dos princípios econômicos básicos dos mercados financeiros. Eles servem para os indivíduos ajustarem seus fluxos de consumo e pelas empresas para ajustar seus fluxos de investimento (Ross, Westerfield e Jaffe, 2009).

2.1.1 Conselho Monetário Nacional

É um órgão normativo, portanto, não lhe cabe nenhuma função executiva, representando a autoridade máxima do sistema financeiro nacional. É o responsável direto pela fixação das diretrizes das políticas monetárias, cambial e creditícia do governo federal. O CMN executa a função de um conselho de Política Econômica (Securato, 2007).

A partir da medida provisória 542, de 06/94, que criou o plano real, simplificou a composição do CMN, caracterizando seu perfil monetário, que passou a ser integrado pelos seguintes membros: Ministro da Fazenda (Presidente), Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Presidente do Banco Central (Fortuna, 2010).

Ainda para Fortuna 2010, o CMN é a entidade superior do sistema financeiro, sendo de sua competência:

- Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;
- Regular o valor interno da moeda, prevenindo e corrigindo os surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa;
- Regular o valor externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos do País;
- Orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras públicas ou privadas, de forma a garantir condições favoráveis ao desenvolvimento equilibrado da economia nacional;
- Propiciar o aperfeiçoamento das instituições e instrumentos financeiros, de forma a tornar mais eficiente o sistema de pagamento e mobilização de recursos;
- Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;
- Coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública interna e externa; e
- Estabelecer a meta de inflação;

A partir dessas funções básicas, o CMN fica responsável por todo um conjunto de atribuições específicas, cabendo destacar:

- Autorizar as emissões de papel moeda;
- Aprovar os orçamentos monetários preparados pelo BACEN;
- Fixar diretrizes e normas da política cambial;
- Disciplinar o crédito em suas modalidades e as formas das operações creditícias;

- Estabelecer limites para a remuneração das operações e serviços bancários ou financeiros;
- Determinar as taxas do recolhimento compulsório das instituições financeiras;
- Regulamentar as operações de redesconto de liquidez;
- Outorgar ao BACEN o monopólio de operações de câmbio quando o balanço de pagamento o exigir;
- Estabelecer normas a serem seguidas pelo BACEN nas transações com títulos públicos;
- Regular a constituição, o funcionamento e a fiscalização de todas as instituições financeiras que operam no país;

Pela Constituição Federal, a participação estrangeira no sistema financeiro nacional só é permitida quando há o interesse nacional. Nos casos que surgem, cabe ao CMN encaminhar voto ao presidente da república recomendando que decrete tal interesse (Fortuna, 2010).

Diretamente subordinada ao Conselho Monetário Nacional, está a Comissão Técnica da Moeda e do Crédito, cuja atribuição básica é regulamentar as matérias expedidas pelo CMN, de forma a auxiliá-lo (Securato, 2007).

2.1.2 Banco Central do Brasil – BACEN

O Banco Central do Brasil é uma autarquia do governo federal, vinculada ao Ministério da Fazenda. O BACEN foi criado em 31 de dezembro de 1964, com a promulgação da Lei 4.595⁴, com o objetivo de ser o órgão executivo do sistema financeiro.

Para Fortuna (2010) o Banco Central é:

A entidade criada para atuar como órgão executivo central do sistema financeiro, cabendo-lhe a responsabilidade de cumprir a fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo CMN.

⁴ O texto integral da lei poderá ser acessado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm.

O Banco Central do Brasil é o órgão central regulador e fiscalizador das instituições financeiras públicas e privadas que atuam no país (Securato, 2007).

Segundo o mesmo autor, compete privativamente ao BACEN:

- Emitir papel moeda e moeda metálica, nas condições e limites autorizados pelo Conselho Monetário Nacional;
- Executar os serviços do meio circulante;
- Receber recolhimentos compulsórios dos bancos comerciais, bem como depósitos voluntários das instituições financeiras e bancárias que estão em operação no país;
- Realizar as operações de redesconto e empréstimos às instituições financeiras;
- Exercer o controle do crédito sob todas as suas formas;
- Efetuar o controle dos capitais estrangeiros;
- Ser o depositário das reservas oficiais de ouro, de moeda estrangeira e de direitos especiais de saques;
- Exercer a fiscalização das instituições financeiras sob sua jurisdição, bem como aplicar penalidades conforme a lei;

Analisando as suas atribuições pode-se afirmar que o BACEN intervém diretamente no Sistema Financeiro Nacional e indiretamente na economia. Devido as suas atribuições ele torna-se o Banco dos Bancos⁵, Gestor do Sistema Financeiro, Agente da Autoridade Monetária, Banco de Emissão e Agente Financeiro do Governo (Securato, 2007).

2.1.3 Bancos Comerciais

Os Bancos Comerciais fazem parte do conjunto de instituições financeiras monetárias, possuem depósitos à vista, ou seja, multiplicam moeda⁶.

⁵ Principalmente para operações de Redesconto;

⁶ Processo no qual os bancos comerciais criam moeda pelo efeito multiplicador.

De acordo com as características acima referidas, Fortuna (2010) esclarece o principal objetivo é proporcionar o suprimento oportuno e adequado de recursos necessários para financiar, a curto e médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços e as pessoas físicas.

São instituições financeiras constituídas obrigatoriamente sob a forma de sociedades anônimas. Executam operações de crédito caracteristicamente de curto prazo, atendendo, assim, às necessidades de recursos para capital de giro das empresas (Securato, 2007).

Para atender seus objetivos os Bancos Comerciais, efetuam descontos de títulos, realizam operações de abertura de crédito simples, ou em conta corrente, operações de crédito rural, operações de câmbio e comércio internacional, captam depósitos à vista ou prazo fixo, além de obter recursos junto às instituições oficiais para repasses aos clientes (Securato, 2007).

Em resumo, são intermediários financeiros que recebem recursos de quem tem e os distribuem através do crédito seletivo⁷ a quem necessita de recursos, naturalmente criando moeda através do efeito multiplicador do crédito (Fortuna, 2010).

2.1.4 Bancos Múltiplos

Os Bancos Múltiplos surgiram como reflexo da própria evolução dos Bancos Comerciais e do crescimento do Mercado. Foram criados através da Resolução nº1524/88 do Banco Central, por decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN), visando racionalizar a administração das instituições financeiras (Securato, 2007).

O estatuto de um Banco Múltiplo permite que algumas dessas instituições, que muitas vezes eram empresas de um mesmo grupo, se constituam em uma única instituição financeira com personalidade jurídica própria e, portanto, com um único balanço, um único caixa e, conseqüentemente, significativa redução de custos (Fortuna, 2010).

⁷ De acordo com as normas do BACEN.

As carteiras de um banco múltiplo envolvem carteira comercial (regulamentação dos Bancos Comerciais), carteira de investimento (regulamentação dos Bancos de Investimento), carteira de crédito imobiliário (regulamentação das Sociedades de Crédito Imobiliário), carteira de aceite (regulamentação das Sociedades de Crédito Investimento e Financiamento) e carteira de desenvolvimento (regulamentação dos Bancos de Desenvolvimento). Em 1994, quando da adesão ao Acordo de Basileia, foi incluída a carteira de *Leasing*⁸ (Fortuna, 2010).

Para que sua existência se configure, um Banco Múltiplo deve operar pelo menos duas das carteiras acima apresentadas, sendo que, obrigatoriamente, uma delas seja carteira comercial ou carteira de investimento (Securato, 2007).

2.1.5 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES foi criado pela lei 1.628, de 20 de junho de 1952, foi enquadrado como uma empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. O BNDES é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país, provendo o setor empresarial privado nacional de empréstimos de longo prazo com a finalidade principal de fomentar os investimentos (Securato, 2007).

Fortuna (2010) define como sendo a principal instituição financeira de fomento no País, e tem como objetivos básicos:

- Impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país;
- Fortalecer o setor empresarial nacional;
- Atenuar os desequilíbrios regionais, criando novos polos de produção;

⁸ É um contrato denominado na legislação brasileira de arrendamento mercantil. O sítio do BACEN possui maiores informações <http://www.bcb.gov.br/?LEASINGFAQ> acessado em junho de 2013.

- Promover o desenvolvimento integrado das atividades agrícolas, industriais e de serviços;
- Promover o crescimento e a diversificação das exportações;

Para a consecução desses objetivos, conta com um conjunto de fundos e programas especiais de governo (Fortuna, 2010).

2.1.6 Caixa Econômica Federal – CEF

A Caixa Econômica Federal (CEF ou Caixa), criada em 1861, é a instituição financeira responsável por implementar as políticas do governo federal em relação à Habitação e Saneamento Básico. Desta forma, a CEF tem suas funções bastante direcionadas ao campo social, apesar de poder prover grande parte dos serviços de um banco múltiplo, tais como: conta corrente, empréstimos para pessoas físicas e jurídicas, administração de recursos, entre outros (Securato, 2007).

Para Fortuna (2010) a Medida Provisória 443, editada em 21/10/08, permitiu a Caixa constituir um banco de investimento e constituir uma empresa de participações acionárias em empresas de construção civil e outras que julgasse necessárias.

Adicionalmente durante a crise de 2008, como parte das medidas para destravar o crédito e reduzir o *spread* bancário reforçou-se a ideia da criação da Caixapar – a empresa de participações da Caixa – para adquirir participações em bancos menores e incentivar a sua consolidação.

Em outro contexto Assaf Neto (2010) conceitua a Caixa Econômica Federal, como sendo órgão auxiliar do Governo Federal na execução da Política Creditícia. É uma instituição financeira pública que atua de forma autônoma e apresenta um objetivo claramente social.

2.1.7 Banco do Brasil – BB

O Banco do Brasil é uma sociedade anônima de capital misto, cujo controle acionário é exercido pela união. Até 1986, a instituição era considerada uma autoridade monetária, atuando na emissão de moeda no país por meio do acesso direto à conta movimento do Tesouro Nacional (Assaf Neto, 2010).

Securato (2010), trás o contexto histórico da fundação do Banco.

O Banco do Brasil foi a primeira instituição financeira do país, fundado em 1808, com a chegada da família portuguesa ao Brasil. Durante muito tempo, o Banco do Brasil funcionou, na prática, como um “Banco Central”, realizando compensação de cheques, empréstimos a outros bancos (redesconto) e grande parte da política monetária e cambial. Com a criação do Banco Central do Brasil, em 1964, o Banco do Brasil perdeu, gradativamente, essas funções.

Hoje, o BB é um conglomerado financeiro de ponta, que vem aos poucos se ajustando à estrutura de um banco múltiplo tradicional, embora ainda opere, em muitos casos, como agente financeiro do Governo Federal. É o principal executor da política oficial de crédito rural, mas conserva ainda algumas funções que não são próprias de um banco comercial, mas típicas de parceiro principal do Governo Federal (Fortuna, 2010).

2.1.8 Bancos Cooperativos - BCo

O BACEN deu autorização para que as cooperativas de crédito abrissem seus próprios bancos comerciais, podendo fazer tudo o que qualquer outro banco comercial já faz: ter talão de cheques, emitir cartão de crédito, fazer diretamente a compensação de documentos e, principalmente, passar a administrar a carteira de crédito, antes sob responsabilidade das cooperativas (Fortuna, 2010).

2.2 MERCADO BANCÁRIO

Na primeira parte desta revisão vimos a estrutura geral do mercado financeiro e com base nas informações nela contidos, pudemos observar que o banco comercial ou o banco múltiplo com a carteira comercial pode ser considerado a instituição de maior abrangência. Para Fortuna (2010), existem várias classificações informais desses bancos, mas de acordo com sua segmentação de mercado⁹, podemos classificar da seguinte forma:

- **Bancos de negócios** se dedicam a intermediação de grandes operações, tradicionalmente conhecidas como a engenharia financeira;
- **Bancos de atacado** trabalham com poucos e grandes clientes;
- **Bancos de varejo** trabalham com o grande público, muitos clientes, independente de tamanho;
- **Bancos de nicho** trabalham apenas com um segmento específico do mercado.

A seguir vamos detalhar com maiores critérios os produtos e serviços bancários ofertados aos clientes. Vale ressaltar que este estudo não tem por objetivo detalhar todos, mas os principais, e aqueles que a empresa estudada utiliza com maior frequência.

2.2.1 Produtos e Serviços do Mercado Bancário

A quantidade de produtos e serviços bancários ofertados aos clientes é muito grande. Na maioria das vezes os clientes devem ter o cuidado de adquirir ou comprar o produto ou serviço que realmente irá servir para a concretização dos seus objetivos.

⁹ Contexto comercial.

Este item do estudo está dividido em três produtos oferecidos pelos bancos: produtos de serviços, produtos de captação e produtos de empréstimos. Detalharemos a seguir cada segmento desses produtos bancários.

2.2.1.1 Produtos de Serviços

Entende-se por produtos de serviço os relacionados à prestação de serviços aos clientes, cuja remuneração ao banco é obtida através do *float* (permanência dos recursos transitórios dos clientes no banco) ou pela cobrança de tarifas de prestação de serviços (Fortuna, 2010).

Para Fortuna 2010, os produtos de serviços ofertados pelos bancos possuem uma classificação de acordo com sua categoria, como segue:

- a) **Serviços Essenciais**¹⁰: são os serviços relacionados às contas correntes de depósitos à vista e às contas de depósitos de poupança, para as quais é proibida a cobrança de tarifas. Não é permitida a cobrança de tarifa quando não houver saldo suficiente em conta corrente.
- b) **Serviços Prioritários**: são os serviços que atingem a grande maioria (cerca de 90%) dos serviços bancários envolvendo a movimentação das contas correntes e das contas de poupança das pessoas físicas.
- c) **Serviços Especiais**: são os serviços objeto de legislação e regulamentação específica e que não sofrem alterações¹¹, tais como o crédito rural, o crédito imobiliário e microfinanciamentos.
- d) **Serviços diferenciados**: são os serviços que não estão associados à movimentação das contas correntes e das contas de poupança e

¹⁰ No sentido de ser a essência da existência de um banco.

¹¹ O mesmo serviço pode ser ofertado por diversos bancos, mas com mesmos critérios perante taxas, prazos e encargos.

que são objeto de contrato explícito entre clientes e instituições, tais como as entregas a domicílio e o aluguel de cofres.

A seguir, relacionamos os principais serviços prestados pelos bancos aos seus clientes. Neste tópico não iremos abordar todos os produtos, mas principalmente aqueles que a empresa do estudo de caso mais utiliza ou que poderia utilizar a partir da sugestão da nova estrutura de tomada de financiamentos.

2.2.1.1.1 Agências Bancárias

Dentro do moderno conceito bancário de relacionamento com o cliente, é o ponto de atendimento aos clientes e pode virtualmente ser um local fixo e ter seus desdobramentos remotos (Fortuna, 2010).

Segundo o mesmo autor, podemos classificar uma agência bancária em:

- a) Atendimento pessoal: no dia a dia para o fluxo de caixa dos clientes;
- b) Atendimento pessoal: com plataforma de negócios;
- c) Autoatendimento: terminais, dispensador, balcão, etc;
- d) Atendimento remoto: todos os serviços, para facilitar a vida dos clientes, evitando sua ida à agência¹²;

A agência de um banco é o principal canal de relacionamento da instituição financeira com seus clientes, podendo muitas vezes, com o advento das tecnologias de informação, transformar esses atendimentos em remotos ou em autoatendimento. Mas mesmo em tempos modernos o relacionamento, via plataforma de negócios na agência, acaba sendo um dos mais importantes que a instituição possui, que se bem aproveitado, acaba sendo um diferencial competitivo para os bancos.

¹² Nos dias atuais está se tornando uma realidade os clientes irem nas agências bancárias somente para atualização cadastral, depois conseguem acesso a maioria dos serviços pelo Internet Banking, inclusive tomada de crédito;

2.2.1.1.2 Conta Corrente

A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica e distintiva dos bancos comerciais, o que os configura como instituições financeiras monetárias (Fortuna, 2010).

A conta corrente é o produto básico da relação entre o cliente e o banco, pois através dela são movimentados os recursos do cliente, via depósito, cheques, ordens de pagamento, DOC¹³, e após o SPB¹⁴, a Transferência Eletrônica Disponível – TED. Elas podem ser pessoais ou conjuntas. A conta corrente conjunta pode, por sua vez, ser simples ou solidária. A simples exige a assinatura de, no mínimo, dois dos participantes. Na solidária, é necessária apenas a assinatura de um participante (Fortuna, 2010).

2.2.1.1.3 Compensação de Cheques e Outros Papéis

O serviço de compensação de cheques e outros papéis – Compe – é regulado pelo BACEN e executado pelo Banco do Brasil. É realizado entre bancos, na câmara de compensação do BB, e permite a cobrança de cheques, a transferência de fundos, o pagamento de títulos e outras obrigações (Fortuna, 2010).

2.2.1.1.4 Cobrança de Títulos

Um dos produtos mais importantes que os bancos desenvolveram nos últimos tempos é a cobrança bancária, levando para seus clientes a segurança de os

¹³ Documento de Crédito;

¹⁴ Implantação do Sistema de Pagamentos Brasileiro;

mesmos terem por trás de sua geração de caixa uma instituição que possui todos os conhecimentos necessários e legais para execução de suas obrigações.

A cobrança bancária é feita através dos boletos que substituem duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio, recibos ou cheques, e que possuindo o código de barras têm o poder de circular pela câmara de compensação de forma eletrônica sem o trânsito do documento físico.

Os valores resultantes da operação de cobrança são automaticamente creditados na conta corrente do cliente em D ou D + 1, de acordo com o previamente acertado entre banco e cliente.

Os bancos cobram os títulos de seus clientes em qualquer praça e, graças ao sistema de compensação, os títulos podem ser pagos, até o vencimento, em qualquer agência bancária, após o vencimento, apenas nas agência do banco emissor do *bloqueto*¹⁵ (Fortuna, 2010).

2.2.1.1.5 Débito Direto Autorizado – DDA

O Débito Direto Autorizado – DDA é mais uma importante ferramenta desenvolvida pela Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN. O sistema permite que todos os compromissos de pagamentos sejam recebidos eletronicamente, por meio dos bancos que atendem as pessoas físicas e jurídicas. Os valores das transações são creditados automaticamente na conta corrente dos clientes credores (Fortuna, 2010).

No site da FEBRABAN encontramos quais são os principais benefícios trazidos pelo DDA¹⁶ e seu componente histórico de evolução.

Débito Direto Autorizado é mais uma inovação desenhada e implementada pela FEBRABAN e os bancos associados, para contribuir com maior produtividade e eficiência no sistema. No início

¹⁵ O mesmo que boleto, mas nesse caso mantivemos a escrita original.

¹⁶ Para maiores informações sobre a funcionalidade do produto pode ser consultado o site da FEBRABAN em http://www.febraban.org.br/Febraban.asp?id_pagina=208&id_texto=0&palavra=DÉBITO DIRETO AUTORIZADO, acessado em junho de 2013.

da década de 90 foi inserido nos boletos ou *bloquetos* de cobrança o código de barras. Isso permitiu que a compensação fosse realizada de forma eletrônica, sem o trânsito do documento físico pela compensação. Mas, o cliente continuou recebendo em casa ou na empresa, os boletos em papel, que substituem, por sua vez, duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio, recibos ou cheques.

O DDA é essencialmente um formato diferente de apresentação da dívida do sacado com cedente e não tem nada a ver com o atual débito automático em conta corrente. As regras são as mesmas dos boletos bancários físicos, mas não tem o código de barras (Fortuna, 2010).

2.2.1.2 *Produtos de Empréstimos*

Os produtos de empréstimos para os bancos são operações ativas, ou seja, os mesmos constituem-se em direitos de recebimento de valores monetários dos bancos sobre seus clientes através dos produtos de empréstimos tomados. Os clientes por sua vez assumem, ao tomar empréstimos, passivos, pois têm a obrigação de restituir e remunerar a captação de recursos obtida junto aos bancos.

Dentre os produtos oferecidos aos clientes podemos destacar aqueles destinados às pessoas jurídicas, como Hot Money (empréstimo de curtíssimo prazo e empréstimos para capital de giro).

A seguir iremos demonstrar os principais produtos de empréstimos que os bancos oferecem aos seus clientes.

2.2.1.2.1 *Contas Garantidas*

É uma conta de crédito com um valor-limite que normalmente é movimentada diretamente pelos cheques emitidos pelo cliente, desde que não haja saldo disponível na conta corrente de movimentação. À medida que, nesta última, existam

valores disponíveis, estes são transferidos de volta, para cobrir o saldo devedor da conta garantida (Fortuna, 2010).

Esta conta difere-se da conta corrente, onde na maioria das vezes se vinculada um cheque especial, pelo fato de ser outra conta, diferente da conta movimento do cliente. Normalmente exigem do cliente o aviso com antecedência dos valores a serem sacados, razão pela qual trabalham com taxas de juros menores.

2.2.1.2.2 Cheques Especiais

São contas correntes, normalmente as contas de movimentação financeira do cliente, em que fica atrelado um limite de crédito previamente concedido. A movimentação se dá de maneira automática não necessitando de prévia autorização para o banco.

Os benefícios e os riscos de se obter crédito com este tipo de captação são explicados por Fortuna (2010), como segue:

Para o cliente, o produto garante liquidez imediata para suas emergências. Para o banco, é um instrumento mercadológico forte, mas que, se mal administrado, pode representar uma perda significativa, tendo em vista seu impacto sobre a administração de reservas bancárias, já que é necessário deixar recursos de suas reservas de livre movimentação em *stand-by*.

Os juros sobre esse produto são calculados diariamente sobre o saldo devedor e cobrados, normalmente, no primeiro dia útil do mês seguinte ao da movimentação. Quanto ao IOF, a base de cálculo é a soma dos saldos devedores diários apurados mensalmente (Fortuna, 2010).

2.2.1.2.3 Desconto de Títulos

Desconto de títulos é uma modalidade de crédito onde o banco antecipa recursos provenientes das vendas a prazo, ou seja, quando uma empresa, por exemplo, fornece prazo ao seu cliente, mediante emissão de cheques pré-datados ou aceites em duplicatas ou notas promissórias. De posse de tais títulos o cedente dirige-se até uma agência bancária e realiza a antecipação dos recursos.

A operação de desconto dá ao banco o direito de regresso, ou seja, no vencimento, caso o título não seja pago pelo sacado, o cedente assume a responsabilidade do pagamento, incluindo multa e/ou juros de mora pelo atraso (Fortuna, 2010).

Outros tipos de operações de desconto também são feitos sobre os recibos de venda de cartões de crédito e os cheques pré-datados. Estas duas alternativas são uma forma criativa de adiantamento de recursos para as empresas comerciais. Os cheques pré-datados ficam em caução, como garantia do empréstimo.

2.2.1.2.4 Empréstimos para Capital de Giro

São as operações tradicionais de empréstimos vinculadas a um contrato específico que estabeleça prazo, taxas, valores e garantias necessárias e que atendem às necessidades de capital de giro das empresas (Fortuna, 2010).

O mesmo autor nos esclarece como é a característica dos contratos em relação ao prazo. O plano de amortização é estabelecido de acordo com os interesses e necessidades das partes e, normalmente, envolve prazo de até cento e oitenta dias.

É a denominação geral da operação mais comum e mais simples de empréstimo para capital de giro, sem garantia de recebíveis de vendas. Um empréstimo para capital de giro geralmente é feito com base num contrato de

empréstimo (um *mútuo*¹⁷ como também é chamado no meio financeiro). Atualmente os bancos têm produtos pré-aprovados, em que o empresário saca um empréstimo para capital de giro diretamente nos terminais eletrônicos ou pelo gerenciador financeiro fornecido pelo banco, podendo restituir o empréstimo em prestações mensais fixas. Este tipo de empréstimo pode ser utilizado para compra de estoques, pagamento de salários, impostos e outras despesas correntes, antes da venda dos produtos (Ross, Westerfield, Jordan, Lamb, 2013).

2.2.1.2.5 Crédito Direto ao Consumidor – CDC

O Crédito Direto ao Consumidor é destinado para aquisição de bens e serviços por seus clientes. Sua maior utilização é, normalmente, para a aquisição de veículos e eletrodomésticos (Fortuna, 2010).

O bem adquirido, sempre que possível, serve como garantia da operação, ficando à financeira vinculada pela figura jurídica da alienação fiduciária, pelo qual o cliente transfere a ela a propriedade do bem adquirido, com o dinheiro emprestado, até o pagamento total de sua dívida (Fortuna, 2010).

2.2.1.3 Produtos de Captação

Para que os bancos sejam os intermediadores do mercado financeiro foram criados diversos produtos de captação que são conhecidos, também, como operações passivas dos bancos. Nessa linha de produtos a mais popular ou mais acessível na maioria das vezes é o CDB (Certificado de Depósito Bancário).

Para Fortuna 2010, são os mais antigos e utilizados títulos de captação de recursos, junto às pessoas físicas e jurídicas, pelos bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, bancos múltiplos que tenham uma

¹⁷ Contrato em que uma das partes empresta coisa fungível à outra, e a outra liquida o contrato mediante entrega da mesma coisa.

dessas carteiras, e caracterizam um depósito a prazo fixo. Sua emissão gera a obrigação das instituições emissoras de pagar ao aplicador, ao final do prazo contratado, a remuneração prevista, que será sempre superior ao valor aplicado. Os recursos captados pelas instituições através desses instrumentos são geralmente repassados aos clientes na forma de empréstimos.

2.3 ELEMENTOS PARA ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DA EMPRESA

Neste tópico iremos abordar os principais indicadores financeiros quando se avalia os dados contábeis de uma empresa. Abaixo relacionaremos diversos índices que explicarão, em tópico posterior, como está a situação financeira da empresa – sua estrutura e liquidez – e, também qual é sua situação econômica trazendo aspectos relacionados à rentabilidade.

Os indicadores são balizadores na tomada de decisão e correlacionando com informações de outras atividades, Matarazzo (2007) expõe

Os índices servem de medida dos diversos aspectos econômicos e financeiros da empresa. Assim como um médico usa certos indicadores, como pressão e temperatura, para elaborar o quadro clínico do paciente, os índices financeiros permitem construir um quadro de avaliação da empresa. Há, porém, uma diferença: enquanto o médico pode ter certeza de que há algo errado com o paciente que apresenta pressão muito alta – talvez a eminência de um derrame -, na empresa, um endividamento elevado não significa que esteja à beira da insolvência (...) o índice financeiro, porém, é um alerta.

Mas, também, existe problema na discussão dos indicadores financeiros. Como um indicador é apenas um número dividido por outro, e como existe uma quantidade substancial de números contábeis, há um número imenso de indicadores possíveis que poderíamos examinar. Cada um tem o seu preferido (Ross, Westerfield, Jordan, Lamb, 2013).

Como o trabalho não pretende examinar todos os indicadores, detalharemos aqueles que serão utilizados para avaliação econômica da empresa.

2.3.1 Índices de Estrutura de Capital

Os índices desse grupo mostram as grandes linhas de decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação de recursos (Matarazzo, 2007).

Também devemos tomar algumas precauções em relação aos índices, pois aqueles que revelem grandes desvios em relação à norma são apenas sintomas de um problema. Costuma ser necessário fazer análises aprofundadas para isolar as causas desse problema (Gitman, 2010).

- a) Participação de capitais de terceiros:** esse indicador é obtido pela divisão dos capitais de terceiros sobre o patrimônio líquido, como segue:

$$\frac{\text{Capitais de terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

Indica quanto à empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$ 100,00 reais de capital próprio investido. Do ponto de vista estritamente financeiro, quanto maior a relação capitais de terceiros/patrimônio líquido menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior a dependência a esses terceiros. Quanto menor, melhor (Matarazzo, 2007).

- b) Composição do Endividamento:** podemos obter este indicador realizando a divisão do passivo circulante sobre capital de terceiros, como segue:

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de Terceiros}} \times 100$$

Indica qual o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais. Quanto menor, melhor. Uma coisa é ter dívidas de curto prazo que precisam ser pagas com os recursos possuídos hoje, mais aqueles gerados a curto prazo, outra coisa é ter dívidas a longo prazo (Matarazzo, 2007).

c) Imobilização do Patrimônio Líquido: podemos obter o indicador dividindo-se o ativo permanente sobre o patrimônio líquido, como segue fórmula abaixo:

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

O indicador nos mostra quanto a empresa aplicou no Ativo Permanente para cada R\$ 100,00 reais de Patrimônio Líquido. Quanto menor, melhor (Matarazzo, 2007).

d) Imobilização dos Recursos não Correntes: obtemos esse indicador realizando a divisão do Ativo Permanente sobre a soma do Patrimônio Líquido e Exigível a Longo Prazo, como segue:

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{PL} + \text{ELP}} \times 100$$

Com esse índice calculamos o percentual dos Recursos não Correntes que foi destinado ao Ativo Permanente (Matarazzo, 2007).

2.3.2 Índices de Liquidez

A liquidez de uma empresa é medida em termos de sua capacidade de saldar suas obrigações de CP à medida que se tornam devidas. A liquidez diz respeito à solvência da posição financeira geral da empresa – a facilidade com que pode pagar suas contas em dia (Gitman, 2010).

A compreensão desses indicadores é fundamental, pois os gestores financeiros lidam constantemente com bancos e outros provedores de financiamento de curto prazo (Ross, Westerfield, Jordan, Lamb, 2013).

A revisão da literatura nos diz que os índices apresentados a seguir deverão ser os maiores possíveis, mas devemos realizar a análise de acordo com o perfil de cada empresa e o contexto que a mesma está inserida.

- a) **Liquidez Geral:** obtemos o indicador dividindo a soma do ativo circulante mais realizável a longo prazo sobre a soma do passivo circulante mais exigível a longo prazo, como segue:

$$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

Indica quanto a empresa possui no ativo circulante e realizável a longo prazo para cada R\$ 1,00 real de dívida total (Matarazzo, 2007).

- b) **Liquidez Corrente:** o indicador é resultado da divisão do ativo circulante sobre o passivo circulante, como segue fórmula abaixo:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Indica a porcentagem das obrigações de dívidas anuais com que uma empresa pode honrar com seus ativos correntes (Gitman, 2010).

- c) **Liquidez Seca:** calcula-se o indicador realizando a divisão da soma do disponível, bancos e clientes sobre o passivo circulante da empresa, como segue:

$$\frac{\text{Disp. + Bco + Cliente}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Esse índice assemelha-se ao de liquidez corrente, mas exclui do cálculo o valor dos estoques por ser o ativo circulante menos líquido. Ele também é o que tem valores contábeis menos confiáveis como medidas do valor de mercado, porque a qualidade do estoque não é considerada. Parte do estoque pode ser danificada, tornar-se obsoleta ou se perder com o tempo (Ross, Westerfield, Jordan, Lamb, 2013).

2.3.3 Índices de Rentabilidade

De uma forma ou de outra, eles se destinam a medir a eficiência de uma empresa em utilizar seu ativo e administrar suas operações. O foco está na última linha, o lucro líquido (Ross, Westerfield, Jordan, Lamb, 2013).

Tomadas em seu conjunto, essas medidas permitem aos analistas avaliar os lucros da empresa em relação a um dado nível de vendas, um dado nível de ativos ou o investimento dos proprietários. Se não houvesse lucro, uma empresa não atrairia capital externo (Gitman, 2010).

- a) Margem Líquida:** o cálculo do indicador é obtido pela divisão do lucro líquido sobre vendas líquidas, conforme fórmula abaixo:

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$$

A margem de lucro líquido mede a porcentagem de cada unidade monetária de vendas remanescentes após a dedução de todos os custos e despesas, inclusive juros (Gitman, 2010).

- b) Rentabilidade do Patrimônio Líquido:** a divisão do lucro líquido pelo patrimônio líquido médio, conforme fórmula abaixo:

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$$

Indica quando a empresa teve de lucro para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido. Quanto maior, melhor (Matarazzo, 2007).

- c) Rentabilidade do Ativo:** é a divisão do lucro líquido sobre o ativo total da empresa, como segue:

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Esse índice mostra quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao ativo. É uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se (Matarazzo, 2007).

d) Giro do Ativo: obtemos o indicador realizando a divisão das vendas líquidas sobre o ativo.

$$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$$

O sucesso de uma empresa depende em primeiro lugar de um volume de vendas adequado. O volume de vendas tem relação direta com o montante de investimentos. Não se pode dizer que uma empresa está vendendo pouco ou muito olhando-se apenas para o valor absoluto de suas vendas. Esse indicador mostra o quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento total (Matarazzo, 2007).

2.3.4 Análise Vertical e Horizontal

A análise vertical é calculada dividindo-se cada conta do balanço patrimonial ou do DRE pelo total. Dessa forma obtém-se qual é a participação de cada conta no total, mostrando aos interessados qual é o nível de representação.

A análise horizontal mostra a evolução de cada conta do BP e do DRE. O ideal para o cálculo do índice é obter, pelo menos, uma série de três anos das respectivas peças contábeis.

Por intermédio desse tipo de análise podem-se conhecer pormenores das demonstrações financeiras que escapam à análise genérica através de índices (Matarazzo, 2007).

No balanço, a análise vertical fornece indicadores que facilitam a avaliação da estrutura do ativo e das suas fontes de financiamento. Esses indicadores correspondem às participações percentuais dos saldos das contas e dos grupos

patrimoniais sobre o total do ativo ou do passivo mais patrimônio líquido (Braga, 1995)

Os índices podem informar, por exemplo, que uma empresa está com alto endividamento. A análise vertical/horizontal aponta qual o principal credor e como se alterou a participação de cada credor nos últimos dois exercícios (Matarazzo, 2007).

2.3.5 O Modelo Fleuriet

O Modelo Fleuriet foi introduzido no Brasil na década de 80 e pretendeu trazer uma nova metodologia para a análise do capital de giro. Inicialmente, o modelo propõe uma nova classificação gerencial para as contas de ativo e passivo circulante, segundo sua natureza financeira ou operacional, sendo essa segregação essencial para o processo de avaliação da necessidade de capital de giro.

Para uma melhor compreensão do modelo de análise financeira que se pretende definir, as contas do ativo e do passivo devem ser consideradas em relação à realidade dinâmica das empresas, em que as contas são classificadas de acordo com o seu ciclo, ou seja, o tempo que leva para se realizar uma rotação (Fleuriet, Kehdy, Blanc, 2003).

O ativo circulante divide-se em contas erráticas (caixa, bancos e títulos) e contas cíclicas (duplicatas a receber e estoques). De igual forma o passivo circulante divide-se em contas erráticas (duplicatas descontadas, empréstimos bancários a curto prazo) e contas cíclicas (fornecedores) (Fleuriet, Kehdy, Blanc, 2003).

Por este modelo o cálculo da NCG, que é um conceito econômico financeiro e não uma definição legal é obtido através da diferença entre as contas cíclicas, ou seja, as contas cíclicas do passivo são o autofinanciamento da empresa, enquanto que as contas cíclicas do ativo são recursos que a empresa deve dispor para financiamento de suas atividades.

A NCG é muito sensível às modificações que ocorrem no ambiente econômico em que a empresa opera. Assim, modificações como redução do crédito de fornecedores, aumento de estoques, alteram no curto prazo a NCG da empresa.

Todavia, a NCG depende, basicamente, da natureza e do nível de atividade dos negócios da empresa (Fleuriet, Kehdy, Blanc, 2003).

Quando no ciclo financeiro, as saídas de caixa ocorrem antes das entradas de caixa, a operação da empresa cria uma necessidade de aplicação permanente de fundos, que se evidencia no balanço por uma diferença positiva entre o valor das contas cíclicas do ativo e das contas cíclicas do passivo. Essa aplicação permanente de fundos denomina-se Necessidade de Capital de Giro (NCG) (Fleuriet, Kehdy, Blanc, 2003).

Define-se como Capital de Giro (CDG) a diferença entre o passivo permanente e o ativo permanente. Denomina-se ativo permanente as contas não cíclicas do ativo e passivo permanente as contas não cíclicas do passivo (Fleuriet, Kehdy, Blanc, 2003).

O Saldo de Tesouraria (T) define-se como a diferença entre o ativo e o passivo erráticos. Para exemplificação as contas do ativo errático são as disponibilidades em caixa e bancos e as contas do passivo errático são as contas de empréstimos de curto prazo e pagamento de Imposto de Renda (Fleuriet, Kehdy, Blanc, 2003).

2.4 OUTROS ITENS DAS DESPESAS FINANCEIRAS

Neste tópico iremos abordar dois elementos que são o IOF, incidente toda vez que a empresa realiza uma nova operação de crédito e o custo de deixar disponível para os clientes da empresa a tecnologia para recebimento através de cartão de crédito.

2.4.1 IOF – Imposto sobre Operações Financeiras

No Brasil, o custo do crédito é onerado pelo IOF, o imposto sobre operações financeiras, que incide de duas formas: uma alíquota única de 0,38% sobre o total da operação (exceto para desconto de duplicatas mercantis, na qual a incidência é sobre o valor descontado) e uma alíquota adicional de 1,50% por ano, calculada de forma diária a 0,0041% sobre o saldo devedor da operação até o 365º dia. Assim, para um empréstimo com dois anos de prazo para pagamento, o IOF será exatamente 1,50%, pois o prazo do empréstimo que exceder a 365 dias não tem IOF. O IOF junto com as tarifas e comissões cobradas pelos bancos faz que o custo efetivo total de um empréstimo possa ser consideravelmente superior à taxa cotada (Ross, Westerfield, Jordan, Lamb, 2013).

O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF – tem como base de sua regulamentação o decreto 6.306, de 14/12/07. Ele incide sobre operações de crédito realizadas por instituições financeiras, por empresas que exercem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito e seleção de riscos, entre pessoas jurídicas ou entre pessoa jurídica e pessoa física (Fortuna, 2010).

Ele também é cobrado nas operações de câmbio, nas operações de seguros realizadas por seguradoras, nas operações relativas a títulos e valores mobiliários e nas operações com outro ativo financeiro ou instrumento cambial (Fortuna, 2010).

No caso das operações de crédito, o fato gerador do IOF é a entrega do montante ou do valor que constitua o objeto da obrigação, ou então a sua colocação à disposição do interessado (Fortuna, 2010).

2.4.2 Cartões de Crédito

Este item foi relacionado no trabalho pelo fato da empresa disponibilizar para seus clientes o sistema de pagamento através de cartão de crédito. Esse sistema envolve uso de tecnologia (maquinetas), e pagamento de taxas por parte do empresário toda vez que algum cliente faz pagamento dos exames utilizando cartão.

Os custos envolvidos são variáveis, pois a empresa paga ao Credenciador aluguel das máquinas para utilização. O valor do aluguel depende do número de máquinas que a empresa utiliza e qual será a movimentação financeira.

Além do custo do aluguel toda vez que ocorre a movimentação financeira a empresa paga uma taxa, que é descontado automaticamente do fluxo financeiro, referente à operação. Essas taxas são variáveis, ou seja, quanto maior o prazo concedido maior é a taxa.

2.5 SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CRÉDITO DO BACEN – SCR

O Sistema de Informações de Crédito do Banco Central – SCR é um instrumento de registro e consulta de informações sobre as operações de crédito, avais e fianças prestados e limites de crédito concedidos por instituições financeiras a pessoas físicas e jurídicas no país. Foi criado pelo Conselho Monetário Nacional e é administrado pelo Banco Central do Brasil, a quem cumpre armazenar as informações encaminhadas e, também, disciplinar o processo de correção e atualização da base de dados pelas instituições financeiras participantes.

O SCR é o principal instrumento utilizado pela supervisão bancária para acompanhar as carteiras de crédito das instituições financeiras. Nesse sentido, desempenha papel importante na garantia da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e na prevenção de crises.

O SCR é alimentado mensalmente pelas instituições financeiras, mediante coleta de informações sobre as operações concedidas. Inicialmente determinou-se que as instituições enviassem informações sobre o total das operações dos clientes com responsabilidade total igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Paulatinamente, esse valor foi sendo diminuído, inicialmente para o patamar de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), depois para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e atualmente, são armazenadas no banco de dados do SCR as operações dos clientes com responsabilidade total igual ou superior a R\$ 1.000,00 (mil reais) a vencer e vencidas, e os valores referentes às fianças e aos avais prestados pelas instituições financeiras a seus clientes, além de créditos a liberar contabilizados nos balancetes mensais.

As instituições financeiras são responsáveis pelo encaminhamento sistemático de dados sobre as operações de crédito. Cumpre a elas também corrigir ou excluir as informações imprecisas. Eventuais questionamentos judiciais devem ser encaminhados diretamente à instituição financeira que informou os dados sobre a operação.

2.6 TAXAS DE JUROS

Um dos principais objetivos do trabalho é realizar a verificação de qual são as taxas de juros que a empresa está pagando às instituições financeiras. Portanto, este item é de fundamental importância, pois nele verificaremos os diferentes tipos de taxas, que auxiliarão no entendimento do trabalho.

a) Taxas Proporcionais:

Duas taxas de juros expressas em unidades de tempo distintas, são ditas proporcionais quando, incidindo sobre um mesmo principal, durante um mesmo prazo, produzem um mesmo montante, no regime de capitalização simples (Securato, 2006).

Esta taxa proporcional é obtida da divisão entre a taxa de juros considerada na operação e o número de vezes em que ocorrerão os juros (quantidade de períodos de capitalização) (Assaf Neto, 2009).

b) Taxas Equivalentes:

Duas taxas de juros, expressas em unidades de tempo distintas, são ditas equivalentes quando, incidindo sobre um mesmo principal durante um mesmo prazo, produzem um mesmo montante, no regime de capitalização composta (Securato, 2006).

A equivalência entre as taxas depende do regime de capitalização; assim, duas taxas podem ser equivalentes entre si no regime de juros simples, mas, com certeza, não o serão em juros compostos (Dal Zot, 2006).

c) Taxa Nominal:

Denomina-se taxa nominal de juros quando os juros são capitalizados, mais de uma vez no período a que ela se refere. Na prática comercial e bancária, quando isso ocorre, converte-se a taxa informada de juros em sua taxa proporcional, para o período de capitalização, obtendo-se, assim, a taxa a ser usada para o cálculo dos juros compostos (Dal Zot, 2006).

A taxa nominal é expressa numa unidade de tempo que não coincide com o período de tempo no qual os juros são capitalizados. É usada no mercado financeiro com relativa frequência, principalmente no exterior. Entretanto, não é usada em cálculos financeiros, pois o que de fato interessa é como os juros são efetivamente capitalizados (Securato, 2006).

d) Taxa Efetiva:

Denomina-se taxa efetiva de juros àquela que reflete, diretamente, a quantia de juros que será obtida na unidade de tempo em que é informada (Dal Zot, 2006).

A taxa efetiva é expressa numa unidade de tempo coincidente com o período de tempo em que os juros são capitalizados como, por exemplo, 5% a.m. com capitalização mensal (Securato, 2006).

3. COLETA DE DADOS

Os dados para desenvolvimento deste trabalho foram coletados de duas formas:

Na primeira foram buscadas informações relativas às despesas financeiras da empresa, com pagamento de juros, tarifas, IOF. A obtenção dessas informações deu-se consultando os extratos bancários, porque a empresa não possui controle específico dessas despesas.

Além das informações sobre as despesas financeiras informamos quais foram os valores amortizados das operações de crédito, quando incidentes.

Na segunda, foram coletados dados secundários, obtidos, principalmente, das taxas praticadas pelos bancos e informadas ao BACEN. Essas taxas servirão para análise comparativa das taxas dos produtos adquiridos pela empresa para financiamento de suas operações de forma a obter um panorama de como o mercado financeiro percebe e analisa a situação econômico-financeira da empresa.

Para análise da situação econômico-financeira realizamos os cálculos dos principais indicadores financeiros como os de liquidez, rentabilidade e de estrutura de capital.

3.1 ESTRUTURA DAS DESPESAS FINANCEIRAS

Neste item são relacionadas as despesas financeiras (pagamento de juros e tarifas), pagamento do imposto relativo às operações de crédito (IOF) que a empresa teve no período de um ano, no caso estudado, o ano de 2012.

- a) **Capital de giro** – os empréstimos relacionados à aquisição de capital de giro;
- b) **Aquisição de bens** – operações realizadas para obtenção de bens, neste caso para financiamento de veículos automotores – CDC Veículos;

- c) **Financiamento de projeto** - operação de crédito para financiamento de projeto da empresa. Há cinco anos a empresa abriu uma filial para melhor atender seus clientes e, após a montagem do plano de negócios, resolveu financiar parte desse investimento, realizando uma operação de crédito na modalidade “Financiamento de projeto”;
- d) **Desconto de cheques** – desconto de cheques pré-datados que foram utilizados pelos clientes da empresa para pagamento dos exames;
- e) **Cheque especial** - a empresa possui três contas bancárias onde, em cada uma delas, possui limite de crédito previamente aprovado;
- f) **Outros Produtos e Serviços** - tabela contendo informações sobre outros produtos e serviços bancários, que não estão vinculados diretamente às operações de crédito, como títulos de capitalização e mensalidades das credenciadoras de cartões de crédito;
- g) **Outras Tarifas** - informações relativas às despesas financeiras para pagamento de tarifas relacionadas à prestação de serviços de SMS, tarifas de adiantamento a depositantes, tarifa de extratos bancários quando excedidos os do pacote contratado, tarifas de transferências bancárias, principalmente DOC/TED, tarifa de emissão de ordem de pagamento, tarifas de renovação/atualização de cadastro;

3.2 DADOS DA EMPRESA

De acordo com os produtos e a classificação aqui feita, a seguir são apresentadas as despesas financeiras que a empresa teve no período de 2012, como segue:

a) **Capital de giro:**

Conforme exposto no DRE e no BP de 2012 a empresa possuía operações de capital de giro, algumas de curto prazo e outras de longo prazo. As despesas financeiras nessa modalidade foram:

Tabela 1 - Despesas financeiras com operações de capital de giro em 2012.

Capital de Giro	
Juros	R\$ 188.308,80
Tarifas	R\$ 201,70
IOF	R\$ 1.640,00
Total	R\$ 190.150,50

Fonte: extratos das contas correntes e contratos bancários.

Vale ressaltar que na medida em que a empresa amortiza suas operações de capital de giro de curto prazo, faz-se necessário a tomada de novas operações para que consiga honrar com seus compromissos assumidos perante fornecedores, funcionários e as despesas correntes da empresa, por isso a alta incidência de IOF.

b) Cheque especial:

São as despesas financeiras para pagamento dos juros e IOF cobrados pela utilização do cheque especial, como segue:

Tabela 2 - Despesas financeiras com uso de cheque especial.

Cheque Especial	
Juros	R\$ 27.245,00
Tarifa	R\$ 1.179,50
IOF	R\$ 3.489,16
Total	R\$ 31.913,66

Fonte: extratos das contas correntes.

As tarifas envolvidas são aquelas que os bancos cobram para manutenção das contas. Lembramos que as contas que não possuem limite de crédito envolvido também possuem a cobrança de tarifas, mas nesse caso, foram relacionadas na tabela Outras Tarifas.

Essa modalidade de crédito possui a característica de ser uma das mais caras do mercado financeiro. Ela deve ser utilizada somente quando a empresa tiver alguma despesa não programada. Pela alta incidência de juros percebemos que a empresa utiliza essa modalidade de crédito de forma recorrente.

c) Financiamento de projeto:

Na Tabela 3 apresentamos as despesas financeiras referentes ao Financiamento de Projeto de abertura de uma filial, como segue:

Tabela 3 - Despesas financeiras com financiamento de projeto.

Financiamento de Projeto	
Juros	R\$ 11.100,95
Tarifa	não incidiu
IOF	não incidiu
Total	R\$ 11.100,95

Fonte: extratos das contas correntes e contratos bancários.

A operação foi realizada no ano de 2009, portanto o pagamento do IOF e das tarifas da operação foram liquidados no mesmo ano, não havendo a incidência no período de análise dos dados.

d) Aquisição de Bens – CDC Veículos:

Os gastos referentes a essa modalidade de crédito foram pequenos no ano de 2012, visto que a operação foi contratada no último trimestre de 2012, como segue:

Tabela 4 - Despesas financeiras com aquisição de bens.

Aquisição de Bens	
Juros	R\$ 6.833,68
Tarifa	R\$ 360,00
IOF	R\$ 2.296,00
Total	R\$ 9.489,68

Fonte: extratos das contas correntes e contratos bancários.

Na Tabela 4, podemos observar a alta incidência de IOF, pois o recolhimento do imposto é realizado no momento da liberação do crédito para o cliente, aumentando o custo efetivo total. Também podemos observar que a tarifa para liberação da operação foi de R\$ 360,00, contribuindo, também, para o aumento CET da operação de crédito.

e) Desconto de cheques

Observamos que a incidência de despesas financeiras referentes a esta modalidade de crédito é pequena na comparação com as demais, mas abaixo segue as informações relativas, como segue:

Tabela 5 - Despesas financeiras com desconto de cheques.

Desconto de Cheques	
Juros	R\$ 540,00
Tarifa	R\$ 123,00
IOF	R\$ 89,00
Total	R\$ 752,00

Fonte: dados do BACEN e sic.

A empresa trabalhou com esta modalidade de crédito até o mês de agosto de 2012 e depois não foram necessárias operações dessa modalidade.

f) Outros Produtos e Serviços:

Na Tabela 6 foram relacionadas às despesas financeiras com Outros Produtos e Serviços, visto que essas despesas financeiras não se encaixam diretamente em nenhuma das operações de crédito anteriormente relatadas.

Tabela 6 - Despesas financeiras com outros produtos e serviços.

Outros Produtos e Serviços	
Títulos de Capitalização	R\$ 2.686,65
Máquinas de Cartão	R\$ 2.451,60
Taxa MDR	R\$ 379,43
Total	R\$ 5.517,68

Fonte: extratos das contas correntes.

Observamos na Tabela 6, também, a incidência de gastos com máquinas de cartão de crédito. Esses gastos referem-se ao uso da tecnologia das credenciadoras de cartões de crédito.

Também se observa a incidência de despesas relacionadas à taxa MDR (*Merchant Discount Rate*) taxa cobrada dos estabelecimentos comerciais por cada operação realizada¹⁸. As taxas obtidas foram da credenciadora Banrisul Serviços S/A que faz a cobrança dessas taxas diretamente na conta movimento que os clientes possuem no Banrisul S/A. Apenas ressaltamos que a empresa Banrisul Serviços S/A faz parte do conglomerado financeiro do Banrisul S/A, esta sendo uma de suas controladas.

g) Tarifas Diversas:

Na Tabela 7 foram relacionados os gastos com as tarifas que não incidiram diretamente nas operações de crédito. Essas tarifas normalmente são cobradas quando o cliente utiliza algum serviço especial do Banco como uso de SMS¹⁹, para aviso quando ocorre alguma movimentação financeira na conta corrente. As tarifas de transferências são aquelas relacionadas à realização de DOC (documento de crédito), TED (transferência eletrônica disponível) e, ainda, OP (ordem de pagamento), serviço utilizado apenas uma vez pela empresa durante o ano de 2012.

Tabela 7 - Despesas financeiras com tarifas diversas.

Tarifas Diversas	
Serviços	R\$ 115,72
Transferências	R\$ 482,12
Cadastros	R\$ 144,00
Total	R\$ 741,84

Fonte: extratos das contas correntes.

Também observamos a pequena incidência desses gastos se comparados ao total das despesas financeiras.

¹⁸ O percentual dessas taxas varia de acordo com o tipo de estabelecimento, porte e volume de vendas com a utilização da tecnologia. Outra variável são os prazos concedidos para os clientes, pois no cartão de débito geralmente à Taxa MDR é menor do que nas operações em que se usa cartão de crédito à vista e parcelado.

¹⁹ Mensagem que é enviada ao celular do cliente quando alguma movimentação financeira é realizada com o cartão da conta.

3.3 RESUMO DAS DESPESAS FINANCEIRAS

Este tópico apresenta quais foram as despesas financeiras da empresa no ano de 2012. Na Tabela 8 podemos observar que o destaque das despesas financeiras são os juros das operações, seguido, mas muito de longe, pelas despesas com IOF.

Tabela 8 - Resumo das despesas financeiras.

Despesas Financeiras Totais	
Juros	R\$ 234.028,43
Tarifa	R\$ 1.864,20
IOF	R\$ 7.514,16
Outros Produtos e Serviços	R\$ 5.517,68
Tarifas Diversas	R\$ 741,84
Total	R\$ 249.666,31

Fonte: extratos das contas correntes, contratos bancários e sic.

Visto o faturamento da empresa apresentado em 2012, que foi de 1,8 milhões de reais, e como será demonstrado em item posterior, que a rentabilidade do ativo está insatisfatória, podemos concluir que o valor dessas despesas é elevado, visto que existe a possibilidade de tomar recursos menos onerosos no mercado financeiro, conforme relacionaremos no decorrer deste trabalho.

3.4 NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DA EMPRESA

Neste tópico foram levantadas as informações relativas à tomada de crédito da empresa no sistema financeiro. O levantamento dessas informações foi de fundamental importância para que possamos analisar se o nível de endividamento da empresa é constante, decrescente ou crescente.

Essas informações serviram, também, para ver quais são as modalidades de crédito que a empresa mais consome, visto que a mesma não tem um adequado controle de suas operações bancárias.

Tabela 9 - Nível de endividamento da empresa.

Sistema de Crédito do BACEN - 2012						
	CG	Projeto	Desconto	Aquisição de Bens	Cheque Especial	Total
dez/11	R\$ 911.058	R\$ 28.551	R\$ 3.848	n/d	R\$ 25.118	R\$ 968.574
jan/12	R\$ 893.560	R\$ 27.260	R\$ 3.281	n/d	R\$ 31.078	R\$ 955.178
fev/12	R\$ 881.297	R\$ 25.939	R\$ 4.594	n/d	R\$ 31.264	R\$ 943.095
mar/12	R\$ 857.147	R\$ 24.628	R\$ 2.086	n/d	R\$ 36.069	R\$ 919.930
abr/12	R\$ 938.975	R\$ 24.623	R\$ 2.648	n/d	R\$ 32.770	R\$ 999.017
mai/12	R\$ 923.400	R\$ 23.004	R\$ 5.530	n/d	R\$ 41.127	R\$ 993.061
jun/12	R\$ 901.207	R\$ 21.771	R\$ 3.209	n/d	R\$ 37.843	R\$ 964.030
jul/12	R\$ 878.646	R\$ 20.691	R\$ 2.484	n/d	R\$ 40.629	R\$ 942.450
ago/12	R\$ 856.013	R\$ 17.806	R\$ 1.794	n/d	R\$ 41.576	R\$ 917.189
set/12	R\$ 907.314	R\$ 16.393	n/d	n/d	R\$ 30.159	R\$ 953.866
out/12	R\$ 882.039	R\$ 14.974	n/d	n/d	R\$ 29.080	R\$ 926.093
nov/12	R\$ 855.840	R\$ 13.535	n/d	R\$ 136.402	R\$ 31.584	R\$ 1.037.361
dez/12	R\$ 829.438	R\$ 12.088	n/d	R\$ 138.051	R\$ 93.802	R\$ 1.073.380

Fonte: sistema de informações de crédito do BACEN.

Onde:

CG: Capital de Giro;

Projeto: Financiamento de Projeto;

Desconto: Desconto de Cheques;

Aquisição de Bens – Aquisição de Bens - Veículos Automotores – CDC;

Cheque Especial: Limites pré-aprovados nas contas correntes;

N/D: Não disponíveis;

Na Tabela 9 observamos o nível de endividamento da empresa informado pelos bancos ao sistema de crédito do BACEN. Também podemos identificar quais são os valores tomados em cada modalidade de crédito.

Achamos conveniente trazer os valores do último mês de 2011 para que possamos compará-lo ao último mês de análise do nosso trabalho, que é o ano de 2012, correlacionando com o faturamento da empresa.

Percebemos que o faturamento da empresa em 2011 foi de 1,6 milhões e o nível de endividamento em dezembro de 2011 era de 967 mil reais, representando 60,39% do faturamento.

Em 2012 a empresa apresentou faturamento de 1,8 milhões, aumento de 200 mil reais em relação ao ano anterior, representando acréscimo de 12,5%. Já o nível de endividamento elevou-se para 1,1 milhões, representando 59,58% em relação ao faturamento da empresa. Desse modo podemos perceber que o nível de endividamento, embora tenha aumentado, a representatividade em relação ao faturamento é menor na comparação dos dois anos.

3.5 TAXAS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Na Tabela 10 relacionamos às taxas médias das operações de crédito registradas no BACEN pelos bancos. A taxa informada pelo BACEN é a taxa média das operações de crédito contratadas naquele período. Foi utilizado o Sistema de Séries Temporais do BACEN (SGS) que tem o objetivo de tornar disponíveis informações econômico-financeiras, bem como manter uniformidade entre os documentos produzidos com base em séries temporais nele armazenadas.

Em coluna paralela às taxas divulgadas pelo BACEN, relacionamos às taxas contratuais das operações de crédito que a empresa contratou naquele período e na mesma modalidade.

Atualmente a empresa utiliza quatro modalidades de crédito, mas na Tabela 10 foram relacionadas cinco modalidades, pois a modalidade de crédito Desconto de Cheques, atualmente, não é mais utilizada pela empresa.

O Sistema de Séries Temporais do BACEN não possui informações relativas às operações de Financiamento de Projeto e nesse caso relacionamos com a sigla (n/d) não disponível.

Percebemos que a taxa de juros no produto Cheque Especial está abaixo da média das taxas informadas pelos bancos ao BACEN. A taxa de juros na modalidade Cheque Especial que a empresa paga aos bancos também é a taxa média ponderada, porque a empresa possui três contas correntes onde nessas contas está vinculado limite de cheque especial e, como são de bancos diferentes, a taxa de juros muda de acordo com o banco, da mesma forma com os limites, por isso da convenção em utilizarmos a taxa média ponderada.

No produto Aquisição de Veículos, observamos que a empresa tomou um crédito à taxa de 1,65% a.m. enquanto que a média das operações registradas no BACEN foi de 1,17% a.m. A diferença entre a taxa contratual da tomada de crédito pela empresa e a média das operações contratadas naquele mês e informadas ao BACEN é de 41,03% na taxa de juros.

No produto Capital de Giro, observamos que dos cinco contratos que a empresa firmou com os bancos apenas 1 deles tem a taxa de juros inferior a média das operações registradas no BACEN. No último deles, setembro de 2012, a diferença foi de 37,29% na taxa de juros, ou seja, os recursos que a empresa está tomando no mercado financeiro para Capital de Giro são mais onerosos que a média dos empréstimos tomados pelas empresas junto aos bancos.

No produto Desconto de Cheques não foram disponibilizadas as informações referentes às taxas que a empresa realizava o desconto nos bancos, desse modo impossibilitando a análise comparativa.

Tabela 10 - Comparativo das taxas das operações de crédito.

Taxas de Juros - Pessoa Jurídica				
	BACEN		EMPRESA	
	a.a.	a.m.	a.a.	a.m.
CHEQUE ESPECIAL				
Janeiro de 2012	171,04%	8,66%	116,05%	6,63%
Fevereiro de 2012	172,02%	8,70%	116,05%	6,63%
Março de 2012	169,01%	8,60%	116,05%	6,63%
Abril de 2012	169,35%	8,61%	116,05%	6,63%
Mai de 2012	162,56%	8,38%	116,05%	6,63%
Junho de 2012	158,43%	8,23%	116,05%	6,63%
Julho de 2012	156,31%	8,16%	116,05%	6,63%
Agosto de 2012	153,87%	8,07%	116,05%	6,63%
Setembro de 2012	152,93%	8,04%	116,05%	6,63%
Outubro de 2012	151,42%	7,99%	116,05%	6,63%
Novembro de 2012	150,53%	7,95%	116,05%	6,63%
Dezembro de 2012	147,67%	7,85%	116,05%	6,63%
DESCONTO DE CHEQUES	a.a.	a.m.	a.a.	a.m.
Novembro de 2011	37,43%	2,68%	n/d	n/d
Dezembro de 2011	36,58%	2,63%	n/d	n/d
Janeiro de 2012	38,61%	2,76%	n/d	n/d
Fevereiro de 2012	37,26%	2,67%	n/d	n/d
Março de 2012	36,65%	2,64%	n/d	n/d
Abril de 2012	35,96%	2,59%	n/d	n/d
Mai de 2012	33,30%	2,42%	n/d	n/d
Junho de 2012	32,64%	2,38%	n/d	n/d
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	a.a.	a.m.	a.a.	a.m.
Novembro de 2012	15,01%	1,17%	21,70%	1,65%
CAPITAL DE GIRO	a.a.	a.m.	a.a.	a.m.
Setembro de 2010	22,91%	1,73%	21,27%	1,62%
Mai de 2011	22,55%	1,70%	32,15%	2,35%
Setembro de 2011	21,99%	1,67%	26,68%	1,99%
Abril de 2012	17,49%	1,35%	32,15%	2,35%
Setembro de 2012	15,08%	1,18%	21,27%	1,62%
FINANCIAMENTO DE PROJETO	a.a.	a.m.	a.a.	a.m.
Outubro de 2009	n/d	n/d	42,41%	2,99%

Fonte: Sistema de Séries Temporais do BACEN e contratos bancários.

3.6 INDICADORES FINANCEIROS DA EMPRESA

Os indicadores contábeis são de extrema importância perante os analistas na tomada de crédito das empresas. Eles servem para que os analistas observem as dificuldades ou facilidades que a empresa enfrentará devido a sua situação financeira, de estrutura e liquidez, e sua situação econômica, mediante análise da rentabilidade.

A análise dos índices não se refere apenas ao cálculo de um determinado índice. Mais importante do que isso é a interpretação do valor do índice. É preciso que haja uma base significativa para a comparação, para responder a perguntas como “está alto ou baixo demais?” e “isso é bom ou ruim?” (Gitman, 2010).

3.6.1 Índices de Estrutura de Capital

Os índices desse grupo mostram linhas de decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação de recursos (Matarazzo, 2007).

Tabela 11 - Índices de estrutura de capital.

Índices	Fórmula	Períodos		
		2010	2011	2012
Participação de Capitais de Terceiros	$CT/PL \times 100$	706,36%	368,27%	352,58%
Composição do Endividamento	$PC/CT \times 100$	79,93%	71,83%	60,65%
Imobilização do Patrimônio Líquido	$AP/PL \times 100$	733,74%	394,79%	339,96%
Imobilização dos Recursos não Correntes	$(AP/PL + ELP) \times 100$	303,53%	193,76%	142,39%

Na Tabela 11 observamos que todos os índices tiveram melhora em relação ao ano de 2010. Porém, percebemos que a participação de capitais de terceiros é 3,5 vezes maior do que o PL. Os capitais de terceiros, observados no balanço patrimonial de 2012, são compostos por 27,25% de obrigações com fornecedores, salários e impostos a recolher e 72,75% com empréstimos bancários. Desses empréstimos bancários 45,90% são de CP e 54,10% são de LP.

A composição do endividamento de CP é de 60,65%, ou seja, de todas as obrigações mais da metade deverá ser liquidado no CP, fazendo com que a empresa tenha que ter boa geração de caixa no próximo período para que consiga realizar o pagamento dessas obrigações. Dessas obrigações de CP, 55,05% são com endividamento bancário e 44,95% são com obrigações operacionais do negócio.

Analizamos, também, que a imobilização do PL é bastante alta, pois existe 3,4 vezes o valor do PL investido no imobilizado. As empresas de modo geral necessitam realizar investimentos no ativo permanente, mas tais investimentos podem fazer com que a empresa não consiga ter liquidez suficiente para honrar seus compromissos, visto que grande quantidade de recursos está destinada a compra de ativos permanentes que no curto prazo dificilmente irão gerar caixa.

3.6.2 Índices de Liquidez

Os índices desse grupo mostram a base da situação financeira da empresa (Matarazzo, 2007).

Uma empresa apresenta boa liquidez quando seus ativos e passivos são administrados convenientemente (Braga, 1995).

Desse modo, na Tabela 12 foram calculados os índices de liquidez da empresa.

Tabela 12 - Índices de liquidez.

Índices	Fórmula	Períodos		
		2010	2011	2012
Liquidez Geral	$AC + RLP/PC + ELP$	1,14	1,27	1,28
Liquidez Corrente	AC/PC	0,13	0,28	0,53
Liquidez Seca	$Disp+Bcos+Co/PC$	0,11	0,20	0,31

Pelo índice de liquidez geral podemos concluir que no LP a empresa estará solvente, pois para cada R\$ 1,00 de obrigação existe R\$ 1,28 de bens e direitos no ativo da empresa. É muito importante que a empresa mantém esse índice acima da unidade, pois se o grau de solvência geral for inferior à unidade, a empresa estará operando com passivo a descoberto, pois seu ativo, a valor contábil, não é suficiente para saldar os compromissos assumidos perante terceiros (Zdanowicz, 1998).

Os outros dois índices de liquidez (Corrente e Seca) mostram-se abaixo do recomendado pela teoria, mas em contrapartida o índice de liquidez corrente mostrou-se em evolução nos últimos três anos, passando de 0,13 em 2010 para 0,53 em 2012, movimento igualmente observado com o índice de liquidez seca que em 2010 era de 0,11 e passou para 0,31 em 2012, mas ainda insuficiente ao ideal para uma empresa. O que se recomenda é que esse índice seja o maior possível, mas preferencialmente acima de 1 que é quando os ativos de CP menos os estoques irão conseguir liquidar as obrigações também de CP.

3.6.3 Índices de Rentabilidade ou Resultado

Podemos conceituar rentabilidade como o grau de êxito econômico obtido por uma empresa em relação ao capital nela investido (Braga, 1995).

Tabela 13 - Índices de rentabilidade ou resultado.

Índices	Fórmula	Períodos		
		2010	2011	2012
Giro do Ativo	VL/AT	0,74	0,79	0,83
Margem Líquida	LL/VL x 100	7,82%	2,85%	2,44%
Margem Bruta	LB/RO x 100	96,06%	95,65%	95,88%
Rentabilidade do Ativo	LL/AT x 100	5,81%	2,24%	2,04%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	LL/PL médio x 100	46,88%	13,44%	9,65%

Na Tabela 13 podemos observar o cálculo dos índices de rentabilidade da empresa. Percebemos que a Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo e

Rentabilidade do PL diminuíram no período analisado, enquanto que a Margem Bruta manteve-se estável.

Enquanto isso o Giro do Ativo que mede a capacidade da empresa em gerar caixa no período, evolui de 0,74 em 2010 para 0,83 em 2012, ou seja, para cada R\$ 1,00 investido no ativo a empresa gerou R\$ 0,83 de caixa no ano de 2012.

Na mesma tabela percebemos a alta Margem Bruta apresentada pela empresa. Esse percentual alto nos chamou atenção pelo fato da Margem Líquida (2,44% em 2012) ser pequena em relação à Margem Bruta (95,88% em 2012). No entanto, através da análise do DRE fornecido pelo contador da empresa, observamos que não são lançados os custos dos serviços prestados de modo a trazer para realidade o verdadeiro índice de Margem Bruta da empresa. Nesse sentido, resolvemos reclassificar as contas do DRE para que pudéssemos calcular o indicador de maneira plausível a realidade.

Nessa reclassificação utilizamos as contas que são essenciais para a prestação dos serviços por parte da empresa como salários a pagar, telefone, serviços prestados PJ²⁰, material hospitalar, entre outras contas ligadas diretamente ao serviço prestado pela empresa.

Desse modo, com a reclassificação das contas do DRE, a MB de 2010 foi de 59,10%, de 2011 55,59% e de 2012 53,14%. Isso nos mostra que mesmo com a reclassificação das contas do DRE a empresa possui MB alta, mas em queda nos últimos três períodos observados.

3.6.4 Análise Vertical e Horizontal

Para Análise Vertical (AV) e Análise Horizontal (AH) foi elaborado o Anexo G e H deste relatório, visto a quantidade de indicadores. Levamos em consideração os BP's de 2010, 2011 e 2012, assim como os DRE's dos mesmos anos. Para Análise Horizontal utilizamos o ano de 2010 como base para os cálculos.

²⁰ Na empresa observa-se que essa conta é significativa, porque os médicos que realizam a interpretação dos exames são contratados através de empresa terceirizada.

Na AV dos balanços percebemos que o AC triplicou de valor na comparação dos três anos, influenciado pelo aumento das contas a receber e pelo aumento dos estoques. Já o ANC representava 90,99% do ativo total no ano de 2010 e sua representação diminuiu para 75,12% em 2012, influenciada pela redução da conta Imobilizado. Esses indicadores mostram que a empresa imobilizou menos recursos e fez maiores investimentos em ativos circulantes, que traz para a empresa maior liquidez.

A AH mostra o mesmo movimento observado pela AV, onde confirma o crescimento do Ativo Circulante e retração do Passivo Circulante, influenciado pela redução da conta Imobilizado que em 2012 apresentou indicador de 85,15%.

No Passivo a AV mostra que o Passivo Circulante, que em 2010 representava 70,02% do total do Passivo + PL, em 2012 representou apenas 47,25%, muito influenciado pela redução da conta Empréstimos de CP que pela AH mostrou redução para 45,48%.

Já o Passivo Não Circulante que em 2010 representava 17,58% do total do Passivo + PL, em 2012 evoluiu sua representação para 30,66%, com influência direta dos Financiamentos de LP. Esses indicadores nos dizem que a empresa diminuiu sua captação bancária de CP e buscou financiamentos de LP. Também podemos observar que a empresa buscou se autofinanciar através do aumento das obrigações com fornecedores, visto que a AH mostrou que a conta aumentou mais de 10 vezes no período analisado.

As análises dos DRE's mostraram que a Receita da empresa nos três períodos cresceu 23,16%. Por outro lado, enquanto a Receita Líquida cresceu o LL em 2012 caiu para menos de 40% do que era em 2010.

Essa redução no LL foi muito influenciada pelo aumento das despesas operacionais, pois a AH de 2012 apresentou índice de 158,86%, e também pelo aumento das despesas financeiras, que a AH em 2012 apresentou índice de 137,59%. As despesas administrativas também aumentaram, mas em proporção menor.

3.6.5 Índices de Cobertura (Juros e Caixa)

Como o nome sugere, esse indicador mede quão bem uma empresa poderá cumprir com suas obrigações de pagamento de juros (Ross, Westerfield, Jordan, Lamb, 2013).

Tabela 14 - Índices de cobertura (juros e caixa).

Índices	Fórmula	Períodos		
		2010	2011	2012
Índice de Cobertura de Juros	Lajir/Juros	1,16	0,40	0,54
Índice de Cobertura de Caixa	Lajir+depre/Juros	1,80	0,98	1,10

Um problema do índice de cobertura de juros é que ele se baseia no Lajir, que não é realmente uma medida do caixa disponível para pagar juros. O motivo disso é que a depreciação, uma despesa que não afeta o caixa, foi deixada de fora (Ross, Westerfield, Jordan, Lamb, 2013).

Avaliados pelo critério de que “quanto maior, melhor”, os índices de cobertura medem quantas vezes o lucro operacional cobre as despesas financeiras (Braga, 1995).

Na Tabela 14 identificamos que o índice de cobertura de juros diminuiu no período analisado, porque houve redução no lucro operacional líquido e aumento das despesas com juros.

O índice de cobertura de caixa, que como pode ser observado na Tabela 14, inclui no cálculo o valor da depreciação, visto que a mesma não é uma saída de caixa, está satisfatório, mas também regrediu no período analisado pelos mesmos motivos do índice de cobertura de juros.

3.6.6 Cálculo da NCG, CDG e Saldo de Tesouraria pelo Modelo Fleuriet

Para que possamos realizar uma análise completa da situação econômico-financeira da empresa iremos realizar o cálculo da NCG, CDG e T pelo Modelo Fleuriet, como segue:

Tabela 15 - Balanço patrimonial de 2010.

AC = R\$ 170.258,65	PC = R\$ 1.323.857,09
ANC = R\$ 1.720.390,66	
	PNC + PL = R\$ 566.792,22

Fonte: adaptado do Modelo Fleuriet.

Onde:

$$CDG = (PNC + PL) - ANC$$

$$CDG = 566.792,22 - 1.720.390,66 = - \mathbf{1.153.598,44}$$

$$NCG = ACC - PCC$$

$$NCG = 98.278,24 - 33.998,09 = \mathbf{64.280,15}$$

$$T = CDG - NCG = - 1.153.598,44 - 64.280,15 = - \mathbf{1.217.878,59}$$

De acordo com a imagem do BP de 2010 e os cálculos da NCG, CDG e T acima, observamos que a empresa está em desequilíbrio financeiro, ou seja, financiando seu ativo permanente com operações de CP. Também observamos que a proporção financiada do ativo permanente com recursos de CP é muito alta.

Para que possamos analisar a empresa de forma evolutiva, realizamos o mesmo cálculo, mas com as informações do BP de 2011, conforme pode ser observado na Tabela 16.

Tabela 16 - Balanço patrimonial de 2011.

AC = R\$ 306.366,35	PC = R\$ 1.102.878,89
ANC = R\$ 1.646.054,63	
	PNC + PL = R\$ 849.542,09

Fonte: adaptado do Modelo Fleuriet.

Onde:

$$CDG = (PNC + PL) - ANC$$

$$CDG = 849.542,09 - 1.646.054,63 = - \mathbf{796.512,54}$$

$$NCG = ACC - PCC$$

$$NCG = 189.175,94 - 85.603,04 = \mathbf{103.572,90}$$

$$T = CDG - NCG = - 796.512,54 - 103.572,90 = - \mathbf{900.085,44}$$

Percebemos que em relação ao BP de 2010 houve significativa melhora, visto que o CDG aumentou (diminuindo o saldo negativo), sendo que a NCG também aumentou, mas em valores menores e, também, houve significativa redução do saldo negativo em T, que em 2010 apresentou saldo negativo de 1,2 milhões e em 2011 apresentou saldo negativo de 900 mil reais.

Como o filtro das informações para desenvolvimento do trabalho foi para o ano de 2012 na Tabela 17 relacionamos os mesmos cálculos, mas agora, com informações do BP de 2012.

Tabela 17 - Balanço patrimonial de 2012.

AC = R\$ 515.215,72	PC = R\$ 978.262,07
ANC = R\$ 1.555.315,43	PNC + PL = R\$ 1.092.269,08

Fonte: adaptado do Modelo Fleuriet.

Onde:

$$CDG = (PNC + PL) - ANC$$

$$CDG = 1.092.269,08 - 1.555.315,43 = - \mathbf{463.046,35}$$

$$NCG = ACC - PCC$$

$$NCG = 314.782,39 - 209.308,62 = \mathbf{105.473,77}$$

$$T = CDG - NCG = - 463.046,35 - 105.473,77 = - \mathbf{568.520,12}$$

No BP de 2012 observamos que a empresa ainda não se encontra em equilíbrio financeiro, mas continuou com o movimento de aumento do CDG, manteve-se estável a NCG e, conseqüentemente, redução do saldo negativo de T. O saldo negativo de T diminui de 900 mil para 568 mil reais em apenas um ano. Isso reforça a ideia de que a empresa está de ajustando de acordo com suas capacidades.

De acordo com os dados apresentados, relacionamos na Tabela 18 a evolução do saldo de tesouraria da empresa, que se analisado de maneira evolutiva podemos perceber que houve melhora.

Tabela 18 - Evolução do saldo de tesouraria (T).

Evolução do Saldo de Tesouraria		
2010	2011	2012
- 1.217.878,59	- 900.085,44	- 568.520,12

O CDG pode ser negativo. Neste caso o ativo permanente é maior do que o passivo permanente e PL, significando que a empresa financia parte de seu ativo permanente com fundos de CP. Embora essa condição aumente o risco de insolvência, a empresa poderá se desenvolver, desde que sua NCG seja, também, negativa (Fleuriet, Kehdy, Blanc, 2003).

No estudo em questão percebemos que a empresa possui NCG positiva fazendo com que aumente o saldo negativo de T. Nesse caso é necessário que a empresa tente, pelo menos, aditar o prazo de amortização de suas operações de CP com os bancos, equilibrando a situação econômico-financeira da empresa ou que contrate novas operações de crédito, com prazos superiores há 1 ano, liquidando àquelas de CP.

Os sócios também, caso haja disponibilidade, poderão realizar aportes financeiros na empresa, fazendo com o PL da mesma aumente, conseqüentemente aumentando o CDG, diminuindo o saldo negativo em T e aliviando de certa forma o fluxo de caixa da empresa, que possui uma responsabilidade imensa perante as obrigações da empresa de CP.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Nesta parte do trabalho realizaremos a análise dos dados apresentados no decorrer do item 3. As informações apresentadas foram as despesas financeiras, saídas de caixa com amortizações de empréstimos, nível de endividamento da empresa no Sistema de Crédito do BACEN, taxa média das operações de crédito divulgadas no BACEN pelo Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), indicadores financeiros e análise da situação econômico-financeira da empresa através do Modelo Fleuriet.

Começamos apresentando as despesas financeiras que a empresa teve no período de 2012. Convencionamos em buscar essas informações observando todos os extratos bancários de todas as contas correntes, pelo fato da empresa não possuir controle eficaz e detalhado das mesmas.

A observação dos extratos fez com que elaborássemos o Anexo G deste trabalho, onde constam todas as despesas com pagamento de juros, IOF, tarifas e, também, as amortizações das operações de crédito. Com esses dados podemos analisar que as despesas financeiras equivalem-se, praticamente, as amortizações dos empréstimos, chegando ao montante de R\$ 249.666,31 centavos. As despesas financeiras representam 14,45% da Receita Líquida que a empresa teve no período de 2012.

Caso a empresa não tivesse dívidas, ou seja, não necessitasse de empréstimos para financiamento de suas operações e, conseqüentemente, não houvesse despesas financeiras a empresa teria uma Margem Líquida de 13,31% ao invés da Margem Líquida apresentada de 2,44% para o ano de 2012.

Em seguida, conforme mostra a Tabela 9, apresentamos informações relativas ao nível de endividamento da empresa conforme mostrou o Sistema de Crédito do BACEN em 2012. A empresa utiliza, no momento, quatro dos tipos de operações de crédito. Essas informações serviram para que possamos analisar o comportamento do endividamento da empresa no decorrer do ano de 2012 lá mostrados. Percebemos que o nível de endividamento da empresa cresceu de R\$ 968.574,00 em dezembro de 2011 para R\$ 1.073.380,00 em dezembro de 2012, ou

seja, durante o ano a empresa teve que elevar seu nível de endividamento, em 10,82%, mesmo amortizando R\$ 249 mil reais em operações de crédito durante o exercício.

É importante observar que parte desse aumento do endividamento é devido a uma razão não operacional, qual seja, aquisição de veículos para uso da diretoria. Se não houvesse essa operação o nível de endividamento da empresa teria diminuído de R\$ 968.574,00 para R\$ 935.329,00, representando 3,55%, mesmo com o aumento do endividamento na modalidade de crédito Cheque Especial.

Os valores da Tabela 9 ainda nos mostram que o nível de endividamento com operações de Capital de Giro diminuiu de R\$ 911.059,00 em dezembro de 2011 para R\$ 829.438,00 em dezembro de 2012, ou seja 8,95% de queda, assim como a operação de Financiamento de Projeto e Desconto de Cheques (modalidade de crédito que a empresa não utiliza, atualmente).

Por outro lado aumentou o nível de endividamento na modalidade Cheque Especial, passando de R\$ 25.118,00 em dezembro de 2011 para R\$ 93.802,00 em dezembro de 2012, representando 273,44% de elevação.

A Tabela 10 contém informações relativas às taxas médias das operações de crédito, informadas pelos bancos ao BACEN, utilizando-se o Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), juntamente com as taxas das operações de crédito da empresa. Nesse caso foi para que pudéssemos realizar uma comparação entre as taxas que a empresa contrata suas operações e a média das taxas praticadas pelos bancos aos seus clientes. As taxas disponíveis no *site* do BACEN estão anualizadas e, nesse caso, convertemos as mesmas para taxas equivalentes em mês, visto que comparamos essas taxas às taxas mensais que a empresa paga nos seus contratos firmados.

Em item posterior calculamos os indicadores financeiros da empresa para os anos de 2010, 2011 e 2012, como índices de liquidez, estrutura de capital, endividamento e cobertura de juros. Para cálculo desses índices utilizamos as informações contidas nos Anexos A, B, C, D, E e F que retratam de forma compacta os BP's e o DRE's da empresa nos respectivos anos.

Também foram apresentados os índices de estrutura de capital como participação de capitais de terceiros que evolui de 706,36% em 2010 para 352,58%, significando que o capital de terceiros é 3,5 vezes maior que o capital próprio, como exposto no BP de 2012.

Os índices de estrutura de capital nos dizem que 60,65% do total do capital de terceiros são de CP. Desses de CP, 45% são com obrigações e 55% com endividamento bancário.

Informamos, também, os índices de rentabilidade como o índice Giro do Ativo. Ele mostra quanto a empresa vendeu para cada R\$ 1 investido no ativo. A empresa apresentou índice de 0,83 em 2012 que se comparado ao índice de 2010 que apresentou 0,74, podemos concluir que a empresa está vendendo mais para cada R\$ 1 investido na comparação evolutiva.

A Margem Líquida diminuiu na comparação dos últimos três anos. Pois em 2010 apresentou índice de 7,82%, enquanto que em 2012 o índice foi diminuído para 2,44%. A Rentabilidade do Ativo também apresentou queda de 5,81% em 2010 para 2,04% em 2012.

A Rentabilidade do PL também apresentou queda na comparação com os últimos três anos de 49,88% em 2010 para 9,65% em 2012, significando que de todo o valor investido no PL o retorno no ano de 2012 foi de apenas 9,65%. Essa redução no indicador deve-se ao fato da empresa ter aumentado o Capital Social e o LL ter diminuído no período analisado.

Por se tratar de uma empresa prestadora de serviços a Margem Bruta mantém-se elevada ficando com percentual acima de 95% nos três períodos analisados, pois as deduções são pequenas na comparação com o total da Receita Operacional. Por tal motivo resolvemos reclassificar as contas do DRE e mostrar os custos dos serviços prestados para que a MB fosse calculada de forma mais realista. Desse modo encontramos os seguintes percentuais: 59,10%, 55,59% e de 53,14%, para os anos de 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

Com eles podemos perceber que a diferença entre a ML e a MB é grande. Nesse sentido a empresa pode ter grande margem na redução das suas despesas

(gerais, administrativas, operacionais, financeiras) caso seja conveniente analisar de forma mais detida tais despesas.

Na Análise Vertical e Horizontal observamos que para diminuir o desequilíbrio financeiro apresentado em 2010, a empresa fez a opção de reduzir os empréstimos bancários de CP, aumentar os empréstimos bancários de LP e aumentar o financiamento junto aos fornecedores. Observamos, também, que a empresa buscou reduzir os investimentos em imobilizado e direcionar os recursos para investimentos em ativos mais líquidos, como pode ser observado pela AH que mostra o aumento da conta estoques (455,78%) e aumento da conta Contas a Receber (297,90%). A AH da conta Imobilizado ficou em 85,15%, confirmando a diminuição de investimentos em ativos imobilizados.

Analisando os DRE's pela AH e AV observamos que a Receita Operacional da empresa cresceu 23,16% enquanto que o LL diminuiu para menos de 40% do que era em 2010. Essa redução deve-se ao fato da empresa ter apresentado aumento das Despesas Administrativas, Operacionais e Financeiras, que mostraram índices pela AH de 127,81%, 158,86% e 137,59%, respectivamente.

Na análise dos índices, apresentamos por último os índices de cobertura de juros (ICJ) e de caixa (ICC). O ICJ apresentou redução de 1,15 em 2010 para 0,54 em 2012, significando que o ROL da empresa está inferior às despesas financeiras. O índice de cobertura de caixa passou de 1,80 em 2010 para 1,10 em 2012. A diferença dos dois índices é que no ICC somam-se as despesas lançadas com depreciação, pois ela não representa saída de caixa. Podemos concluir que esse índice está satisfatório visto que o ROL cobre as despesas financeiras e ainda sobra margem de 10%.

Por último foram relacionadas às informações relativas à avaliação econômico-financeira da empresa utilizando-se o Modelo Fleuriet. Com esse modelo foram realizados os cálculos do CDG, NCG e de T, para os anos de 2010, 2011 e 2012.

Observamos que a empresa possui CDG negativo nos três períodos analisados, mas diminuindo gradativamente, passando de R\$ -1.153.598,44 em 2010 para R\$ - 463.046,35 em 2012. A causa dessa redução foi o aumento do PL e

PNC e diminuição do ANC, o que mostra que a empresa está, a cada ano, diminuindo seu saldo negativo do CDG.

Como a empresa é uma prestadora de serviços que recebe suas vendas a vista ou em prazo curto e não necessita manter grande quantidade de estoques, sua NCG não é significativa em relação ao faturamento e à receita operacional, representando 5,86% e 6,10%, respectivamente, para o ano de 2012. A NCG em 2010 foi de R\$ 64.280,15 e evolui para R\$ 105.473,77 em 2012. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento das contas a receber que triplicou de valor no período analisado. Lembramos que a NCG positiva significa que existe a necessidade constante de investimento para financiamento de suas operações. Nesse caso podemos propor que o passivo permanente deverá ser, no mínimo, R\$ 105.473,77 superior ao ativo permanente para que a empresa consiga estar, supostamente, em equilíbrio financeiro.

Em consequência o Saldo de Tesouraria (T) também tem saldo negativo, passando de R\$ - 1.217.878,59 em 2010 para R\$ - 568.520,12 em 2012. O motivo principal da redução foi o aumento do Capital Social associado ao aumento das operações de crédito de LP, juntamente com pequena diminuição do ativo permanente, representado, principalmente, pela dedução da depreciação.

De modo a concluir a análise dos dados apresentados, identificamos que a empresa possui insatisfatórios índices de liquidez, rentabilidade e de estrutura de capital. Soma-se a esses dados o desequilíbrio financeiro apresentado com o cálculo da situação econômica pelo Modelo Fleuriet, onde financia grande parte de seu ativo permanente com operações de CP.

Ainda, essas operações de CP, são captadas à taxa de juros superior a média das taxas de juros praticadas pelos bancos no sistema financeiro, de modo a comprometer o fluxo de caixa da empresa com altos valores para as despesas financeiras e, também, altos valores a amortizar.

Por outro lado, podemos perceber que gradativamente a empresa está se estruturando de forma a não estar em desequilíbrio financeiro, e pelas informações prestadas, percebemos que nos próximos exercícios a mesma encontrará seu

equilíbrio, caso todas as demais variáveis se mantenham evolutivas da maneira como observamos.

5. CONCLUSÕES

Os gastos com as despesas financeiras no ano de 2012 representaram 14,45% da Receita Líquida. Em valores absolutos, a empresa desembolsou R\$ 249.666,31 para pagamento dessas despesas.

Com o levantamento detalhado de todas as despesas financeiras no exercício de 2012, podemos perceber que diante das taxas em que as operações são contratadas, o pagamento de juros é a despesa com maior representatividade, chegando ao percentual de 94% de todas as despesas. O restante é para pagamento de tarifas, IOF e Outros Produtos e Serviços que não estão diretamente ligados às operações de crédito.

A análise econômico-financeira da empresa pelo Modelo Fleuriet, nos mostrou que a empresa encontra-se em desequilíbrio financeiro, pois vimos que a empresa financia grande parte de seu Ativo Permanente com operações de CP, comprometendo seu fluxo de caixa. O CDG ainda encontra-se negativo, mas na análise evolutiva houve melhora na comparação com anos de 2011 e 2010, reduzindo o saldo negativo de R\$ 1.153.598,44 para R\$ 463.046,35.

Em consequência dessa redução do saldo negativo do CDG houve redução do saldo negativo do Saldo de Tesouraria (T) que em 2010 era de R\$ 1.217.878,59 e em 2012 passou para R\$ 568.520,12.

As taxas de juros que a empresa contrata suas operações de crédito estão acima (com exceção da taxa de juros do cheque especial) das taxas médias praticadas pelos bancos aos seus clientes e informadas ao SGS do BACEN. Ao analisar a solicitação do crédito por parte da empresa, os bancos classificam a empresa como sendo de alto risco, pois a mesma está em desequilíbrio financeiro e apresenta índices de liquidez, estrutura de capital e rentabilidade insatisfatórios.

Em consequência toma recursos mais caros do que a média das outras empresas, com isso compromete seu fluxo de caixa, pois os juros gerados com essas operações deverão ser honrados, juntamente com as amortizações mensais

do capital tomado. Ainda, direciona incorretamente os recursos, pois como citado anteriormente, a empresa financia o Ativo Permanente com operações de CP.

Na análise do impacto das despesas financeiras no resultado da empresa, percebemos que se a empresa não tivesse dívidas bancárias a Margem Líquida da empresa aumentaria de 2,44% para 13,44% no ano de 2012. Isso representa aumento do LL de R\$ 42.201,50 para R\$ 230.045,85, ou seja, diferença de R\$ 187.844,35.

O aumento do nível de endividamento na comparação de 1 ano não foi onerosa, visto que o percentual ficou em 10,82% de aumento, mesmo com a amortização de 249 mil reais nas operações de Capital de Giro. Caso não houvesse a contratação de uma operação não operacional (CDC Veículos) o nível de endividamento teria diminuído de R\$ 968.574 em dezembro de 2011 para R\$ 935.329 em dezembro de 2012, representando 3,55%.

Portanto, a empresa necessita de uma nova estrutura de tomada de crédito, direcionando os recursos de maneira correta, para que consiga o mais breve possível estar em equilíbrio financeiro, melhorando seus indicadores e, desse modo, podendo buscar melhores taxas de juros no mercado bancário. Para que isso ocorra no item 5.1 apontamos algumas sugestões que poderão ser tomadas pela empresa.

5.1 SUGESTÕES

Em consequência das conclusões podemos sugerir algumas alternativas para auxiliar a empresa na diminuição das despesas financeiras devido à tomada de crédito com altas taxas de juros, como segue:

- Pode ser realizado aumento do Capital Social (caso haja disponibilidade) pelos sócios, gerando, conseqüentemente aumento do CDG e melhorando a situação econômica, desse modo fazendo com que a empresa busque menos crédito no mercado bancário.

- Caso não consiga aumentar o Capital Social, deverá buscar operações de crédito no mercado bancário à taxa de juros inferior às tomadas e com prazo superior há 1 ano. Sugerimos, nesse caso, buscar operações de crédito nos bancos públicos, como, por exemplo, na CEF que, segundo entrevista com funcionário de uma agência e pesquisa no *site*, a mesma possui linha de crédito²¹ para empresas com faturamento de até 7,5 milhões, prazo de pagamento de até 48 meses, à taxa de 0,94% a.m. equivalente à taxa anual de 11,88%, muito inferior à taxa média paga pela empresa nas operações atuais que é de 1,97% a.m. equivalente à taxa anual de 26,38%.
- O nível de estoques da empresa não é representativo, mas nas compras de insumos, ou até mesmo veículos, caso necessário, a empresa poderá solicitar um CARTÃO BNDES²², destinado para empresas que possuem faturamento de até 90 milhões, emitidos pelos principais bancos como CEF, BB, Itaú, Bradesco e Banrisul, limite de crédito até 1 milhão, prazo de compras de até 90 dias e prazo de pagamento em até 48 vezes. A taxa de juros está divulgada no *site* do BNDES e para este mês (junho de 2013) é de 0,86%, equivalente à taxa anual de 10,86%.

²¹ Para mais informações sobre a linha de crédito pode ser acessado o site http://www.caixa.gov.br/pj/pj_comercial/mp/linha_credito/financiamentos/proger_investimento/saiba_mais.asp, acessado em junho de 2013.

²² Detalhes do Cartão poderão ser obtidos em <https://www.cartaobndes.gov.br/cartaobndes/>, acessado em junho de 2013.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve a proposta de levar os conceitos aprendidos pelo aluno na universidade para dentro de uma pequena empresa, prestadora de serviços de Radiodiagnósticos, que é gerenciada por um dos sócios.

Tivemos o propósito de identificar o impacto dos produtos bancários no resultado da empresa para avaliarmos se a mesma contrata operações de crédito à taxa mais alta ou mais baixa do que a média do mercado.

Uma das grandes dificuldades do trabalho foi a busca exata das informações das despesas financeiras, visto que a empresa não possui um sistema de controle adequado para elas. Muitas vezes a contabilidade, que é realizada por uma empresa terceirizada, carece de informações consistentes devido à falta desse controle.

Através da análise de todos os extratos das contas bancárias extraímos essas informações para que o trabalho fizesse sentido, tanto para o aluno que teve o intuito de desenvolver seus conhecimentos aplicando-os a realidade de uma empresa, quanto para a empresa, que pode, se tiver interesse, utilizar as análises que foram realizadas, como o cálculo dos índices financeiros, a situação econômico-financeira pelo Modelo Fleuriet, para desenvolver um sistema de controle mais efetivo e de forma planejada a fim de melhorar os indicadores e, principalmente, reduzir as despesas financeiras.

A empresa, através da figura dos sócios, pode concluir que existe a possibilidade de redução das despesas financeiras caso as operações de crédito sejam tomadas de forma planejada, ou seja, controlar suas despesas e tentar prever com maior antecedência possível, quais serão as faltas de caixa ou a necessidade de investimento no futuro para que as operações de crédito, com taxas mais baixas, geralmente disponíveis nos bancos públicos, possam ser tomadas pela empresa, conforme exposto nas sugestões.

Mas para que a empresa possa planejar a tomada das operações de crédito é necessário que se faça um controle, porque é através dele que os sócios saberão em quais pontos a empresa necessita melhorar e quais são as operações do

mercado financeiro que pode ser contratada, aplicada nos ativos da empresa e que esses possam trazer rentabilidade, que é o que todos os empresários esperam de seu negócio.

Para que isso ocorra a empresa deve estruturar suas operações de crédito de modo que a mesma fique em equilíbrio financeiro, onde ajuste o Saldo de Tesouraria (T) e o Capital de Giro (CDG), conforme apontado no decorrer do trabalho.

Os bancos dificilmente aprovarão operações de crédito com taxas inferiores às tomadas no mercado financeiro para uma empresa que não apresenta satisfatórios índices de liquidez, rentabilidade e de estrutura de capital.

Portanto, uma nova estratégia de tomada de crédito é fundamental para que a empresa consiga se ajustar conforme suas necessidades de captação. Pois vimos, também, que a empresa pode ser classificada como boa geradora de caixa, pois no ano ela girou 83% de todo seu ativo, mas devido às suas grandes obrigações de CP esse dado positivo parece perder sentido ou nem aparecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREZO, Andrea Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. Mercado Financeiro: Aspectos Históricos e Conceituais. 1ª edição. São Paulo. Pioneira, 2000;

AGUSTINI, Carlos Alberto Di. Capital de Giro: Análise das Alternativas – Fontes de Financiamento. 2ª edição. São Paulo. Editora Atlas S/A. 1999;

ANDREZO, Andrea Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. Mercado Financeiro: Aspectos Históricos e Conceituais. 1ª edição. São Paulo. Pioneira, 1999;

BLECKE, Curtis J. Análise Financeira para Tomada de Decisão. 2ª edição. São Paulo. Atlas. 1976;

BRAGA, Roberto. Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira. 1ª edição. São Paulo. Atlas, 1998;

BRASIL, Haroldo Vinagre; BRASIL, Haroldo Guimarães. Gestão Financeira das Empresas: Um Modelo Dinâmico. 4ª edição. Rio de Janeiro. Qualitymark, 2008;

FILHO, Armando Mellagi; ISHIKAWA, Sérgio. Mercado Financeiro e de Capitais. . São Paulo: Atlas, 2000;

FILHO, Nelson Casarotto; KOPITTKKE, Bruno Hartmut. Análise de Investimentos. 10ª edição. São Paulo. Editora Atlas. 2008;

FLEURIET, Michel. O Modelo Fleuriet: A Dinâmica Financeira das Empresas Brasileiras. 6ª edição. São Paulo: Elsevier Editora LTDA.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: Produtos e Serviços. 18ª ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010. 1024p.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. 12ª edição. São Paulo. 2010;

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 13ª edição. São Paulo. Editora Atlas. 2008;

MATARAZZO, Dante Carmine. Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial. 6ª edição. São Paulo. Editora Atlas. 2007.

NETO, Alexandre Assaf. Mercado Financeiro. 9ª edição. São Paulo. Editora Atlas S/A, 2010;

NETO, Alexandre Assaf. Matemática Financeira e suas Aplicações. 10ª edição. São Paulo. Editora Atlas, 2009;

QUEIROZ, Jamerson Viegas; ROSA, Juliana Ribeiro da Cunha da; QUEIROZ, Fernanda Cristina Barbosa Pereira; HÉKIS, Hélio Roberto; PEREIRA, Flávia Barbosa. Gestão da qualidade em um setor de Radiologia Hospitalar: um estudo no centro de diagnóstico por imagem (Santa Catarina);

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F. Administração Financeira: Corporate Finance. 2ª edição – 9ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009;

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W., JORDAN, Bradford D, LAMB, Roberto: Fundamentos de Administração Financeira. 9ª edição. São Paulo. AMGH Editora Ltda. 2013;

ZDANOWICZ, José Eduardo. Fluxo de Caixa; uma decisão de planejamento e controle financeiros. 7ª edição. Porto Alegre, Sagra Luzzatto, 1998;

SECURATO, José Roberto. Cálculo Financeiro das Tesourarias: Bancos e Empresas. 3ª ed. rev. ampl. e atualizada. São Paulo: Saint Paul Editora, 1999.

SECURATO, José Roberto I, SECURATO, José Cláudio II. Mercado Financeiro: conceitos, cálculo e análise de investimento. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Saint Paul Editora, 2007.

ZOT, Wili Dal. Matemática Financeira. 5ª edição. UFRGS Editora. Porto Alegre, 2008;

Federação Brasileira dos Bancos, <http://www.febraban.com.br>, acessado em junho de 2013;

Banco Central do Brasil, <http://www.bacen.gov.br>, acessado em junho de 2013;

Caixa Econômica Federal, <http://www.caixa.gov.br>, acessado em junho de 2013;

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, <http://www.bndes.gov.br>, acessado em junho de 2013;

Planalto, <http://www.planalto.gov.br>, acessado em junho de 2013;

ANEXOS

Anexo A) Balanço Patrimonial em 31/12/2012

BALANÇO PATRIMONIAL 2012					
ATIVO			PASSIVO		
Ativo Circulante	R\$	515.215,72	Passivo Circulante	R\$	978.262,07
Disponível	R\$	1.918,41	Contas a Pagar	R\$	153.028,63
Banco c Movimento	R\$	54.818,85	Impostos a Recolher	R\$	102.968,96
Contas a Receber	R\$	251.241,18	Obrigações Trab Recolher	R\$	56.279,99
Impostos a Recuperar	R\$	10.735,20	Parcelamentos	R\$	127.375,75
Estoques	R\$	63.541,21	Empréstimos CP	R\$	538.608,74
Veículos	R\$	112.950,87	Passivo Não Circulante	R\$	634.770,98
Depósitos Judiciais	R\$	20.010,00	Financiamentos LP	R\$	634.770,98
Ativo Não Circulante	R\$	1.555.315,43	Patrimônio Líquido	R\$	457.498,10
Imobilizado	R\$	1.014.081,67	Capital Social	R\$	337.797,78
Intangível	R\$	541.233,76	Lucro/Prejuízo Acumulado	R\$	119.700,32
			Lucro	R\$	119.700,32
Total	R\$	2.070.531,15	Total	R\$	2.070.531,15

Anexo B) Demonstrativo de Resultado de Exercício 2012

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO		
Receita Operacional	R\$	1.801.343,29
Deduções	R\$	74.210,23
Receita Líquida	R\$	1.727.133,06
Lucro Bruto	R\$	1.727.133,06
Despesas administrativas	R\$	722.458,96
Despesas operacionais	R\$	548.994,91
Despesas com vendas	R\$	32.360,00
Despesas financeiras	R\$	249.666,31
Outras receitas	R\$	5.871,56
Outras despesas	R\$	45.781,00
Resultado operacional líquido	R\$	133.743,44
Provisões	R\$	91.541,94
Lucro líquido	R\$	42.201,50

Anexo C) Balanço Patrimonial em 31/12/2011

BALANÇO PATRIMONIAL 2011					
ATIVO			PASSIVO		
Ativo Circulante	R\$	306.366,35	Passivo Circulante	R\$	1.102.878,89
Disponível	R\$	2.237,60	Contas a Pagar	R\$	67.563,74
Banco c Movimento	R\$	102.444,36	Impostos a Recolher	R\$	51.131,97
Contas a Receber	R\$	115.634,73	Obrigações Trab Recolher	R\$	18.039,30
Impostos a Recuperar	R\$	7.940,45	Parcelamentos	R\$	129.153,60
Estoques	R\$	73.541,21	Empréstimos CP	R\$	836.990,28
Depósitos Judiciais	R\$	4.568,00	Passivo Não Circulante	R\$	432.600,00
Ativo Não Circulante	R\$	1.646.054,63	Financiamentos LP	R\$	432.600,00
Imobilizado	R\$	1.102.645,98	Patrimônio Líquido	R\$	416.942,09
Intangível	R\$	543.408,65	Capital Social	R\$	337.797,78
			Lucro/Prej Acumulado	R\$	79.144,31
			Lucro	R\$	79.144,31
Total	R\$	1.952.420,98	Total	R\$	1.952.420,98

Anexo D) Demonstrativo de Resultado de Exercício 2011

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO		
Receita Operacional	R\$	1.603.747,48
Deduções	R\$	69.835,69
Receita Líquida	R\$	1.533.911,79
Lucro Bruto	R\$	1.533.911,79
Despesas administrativas	R\$	645.095,27
Despesas operacionais	R\$	499.735,91
Despesas com vendas	R\$	22.920,21
Despesas financeiras	R\$	210.031,18
Outras receitas	R\$	5.871,56
Outras despesas	R\$	77.798,20
Resultado operacional líquido	R\$	84.202,58
Provisões	R\$	40.417,24
Lucro líquido	R\$	43.785,34

Anexo E) Balanço Patrimonial em 31/12/2010

BALANÇO PATRIMONIAL 2010					
ATIVO			PASSIVO		
Ativo Circulante	R\$	170.258,65	Passivo Circulante	R\$	1.323.857,09
Disponível	R\$	7.552,27	Contas a Pagar	R\$	14.132,15
Banco c Movimento	R\$	54.161,09	Impostos a Recolher	R\$	81.090,84
Contas a Receber	R\$	84.337,03	Obrigações Trab Recolher	R\$	19.865,94
Impostos a Recuperar	R\$	10.267,05	Parcelamentos	R\$	24.586,05
Estoques	R\$	13.941,21	Empréstimos CP	R\$	1.184.182,11
Ativo Não Circulante	R\$	1.720.390,66	Passivo Não Circulante	R\$	332.325,00
Imobilizado	R\$	1.190.960,39	Financiamentos LP	R\$	332.325,00
Intangível	R\$	529.430,27	Patrimônio Líquido	R\$	234.467,22
			Capital Social	R\$	199.184,01
			Lucro/Prej Acumulado	R\$	35.283,21
			Lucro	R\$	35.283,21
Total	R\$	1.890.649,31	Total	R\$	1.890.649,31

Anexo F) Demonstrativo de Resultado de Exercício – 2010

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO		
Receita Operacional	R\$	1.462.581,20
Deduções	R\$	57.623,21
Receita Líquida	R\$	1.404.957,99
Lucro Bruto	R\$	1.404.957,99
Despesas administrativas	R\$	565.253,71
Despesas operacionais	R\$	345.589,91
Despesas com vendas	R\$	52.620,98
Despesas financeiras	R\$	181.459,58
Outras receitas	R\$	3.259,19
Outras despesas	R\$	51.895,63
Resultado operacional líquido	R\$	211.397,37
Provisões	R\$	101.470,74
Lucro líquido	R\$	109.926,63

Anexo G) Análise Vertical e Horizontal dos BP's

BALANÇOS	Balanco de 2010			Balanco de 2011			Balanco de 2012		
	Valores	AV	AH	Valores	AV	AH	Valores	AV	AH
ATIVO									
Ativo Circulante	170.259	9,01%	100%	301.798	15,46%	177,26%	515.216	24,88%	302,61%
Disponível	7.552	0,40%	100%	2.238	0,11%	29,63%	1.918	0,09%	25,40%
Banco c Movimento	54.161	2,86%	100%	102.444	5,25%	189,15%	54.819	2,65%	101,21%
Contas a Receber	84.337	4,46%	100%	115.635	5,92%	137,11%	251.241	12,13%	297,90%
Impostos a Recuperar	10.267	0,54%	100%	7.940	0,41%	77,34%	10.735	0,52%	104,56%
Estoques	13.941	0,74%	100%	73.541	3,77%	527,51%	63.541	3,07%	455,78%
Veículos	-	-	100%	-	-	-	112.951	5,46%	-
Depósitos Judiciais	-	-	100%	4.568	0,23%	-	20.010	0,97%	-
Ativo Não Circulante	1.720.391	90,99%	100%	1.646.055	84,31%	95,68%	1.555.315	75,12%	90,40%
Imobilizado	1.190.960	62,99%	100%	1.102.646	56,48%	92,58%	1.014.082	48,98%	85,15%
Intangível	529.430	28,00%	100%	543.409	27,83%	102,64%	541.234	26,14%	102,23%
Total do Ativo	1.890.649	100,00%	100%	1.952.421	100,00%	103,27%	2.070.531	100,00%	109,51%
PASSIVO									
Passivo Circulante	1.323.857	70,02%	100%	1.102.879	56,49%	83,31%	978.262	47,25%	73,89%
Contas a Pagar	14.132	0,75%	100%	67.564	3,46%	478,09%	153.029	7,39%	1082,84%
Impostos a Recolher	81.091	4,29%	100%	51.132	2,62%	63,06%	102.969	4,97%	126,98%
Obrigações Trab Recolher	19.866	1,05%	100%	18.039	0,92%	90,81%	56.280	2,72%	283,30%
Parcelamentos	24.586	1,30%	100%	129.154	6,62%	525,31%	127.376	6,15%	518,08%
Empréstimos CP	1.184.182	62,63%	100%	836.990	42,87%	70,68%	538.609	26,01%	45,48%
Passivo Não Circulante	332.325	17,58%	100%	432.600	22,16%	130,17%	634.771	30,66%	191,01%
Financiamentos LP	332.325	17,58%	100%	432.600	22,16%	130,17%	634.771	30,66%	191,01%
Patrimônio Líquido	234.467	12,40%	100%	416.942	21,36%	177,83%	457.498	22,10%	195,12%
Capital Social	199.184	10,54%	100%	337.798	17,30%	169,59%	337.798	16,31%	169,59%
Lucro/Prej Acumulado	35.283	1,87%	100%	79.144	4,05%	224,31%	119.700	5,78%	339,26%
Lucro	35.283	1,87%	100%	79.144	4,05%	224,31%	119.700	5,78%	339,26%
Total do Passivo + PL	1.890.649	100,00%	100%	1.952.421	100,00%	103,27%	2.070.531	100,00%	109,51%

Anexo H) Análise Vertical e Horizontal dos DRE's

DRE's	DRE 2010			DRE 2011			DRE 2012		
	Valores	AV	AH	Valores	AV	AH	Valores	AV	AH
Receita Operacional	1.462.581	100,00%	100,00%	1.603.747	100,00%	109,65%	1.801.343	100,00%	123,16%
Deduções	57.623	3,94%	100,00%	69.836	4,35%	121,19%	74.210	4,12%	128,79%
Receita Líquida	1.404.958	96,06%	100,00%	1.533.912	95,65%	109,18%	1.727.133	95,88%	122,93%
Lucro Bruto	1.404.958	96,06%	100,00%	1.533.912	95,65%	109,18%	1.727.133	95,88%	122,93%
Despesas administrativas	565.254	38,65%	100,00%	645.095	40,22%	114,12%	722.459	40,11%	127,81%
Despesas operacionais	345.590	23,63%	100,00%	499.736	31,16%	144,60%	548.995	30,48%	158,86%
Despesas com vendas	52.621	3,60%	100,00%	22.920	1,43%	43,56%	32.360	1,80%	61,50%
Despesas financeiras	181.460	12,41%	100,00%	210.031	13,10%	115,75%	249.666	13,86%	137,59%
Outras receitas	3.259	0,22%	100,00%	5.872	0,37%	180,15%	5.872	0,33%	180,15%
Outras despesas	51.896	3,55%	100,00%	77.798	4,85%	149,91%	45.781	2,54%	88,22%
Resultado operac. líquido	211.397	14,45%	100,00%	84.203	5,25%	39,83%	133.743	7,42%	63,27%
Provisões	101.471	6,94%	100,00%	40.417	2,52%	39,83%	91.542	5,08%	90,22%
Lucro líquido	109.927	7,52%	100,00%	43.785	2,73%	39,83%	42.202	2,34%	38,39%

Anexo I) Relação dos desembolsos de caixa com despesas financeiras e amortizações no ano de 2012

BANCO A					
PRODUTOS	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	SOMA
Empréstimos	R\$ 79.982,21	R\$ 76.998,53	R\$ 76.053,42	R\$ 81.357,80	R\$ 314.391,96
Tarifa p Desconto de Cheques	R\$ 60,00	R\$ 42,00	R\$ 30,00	R\$ 0,00	R\$ 132,00
IOF	R\$ 103,30	R\$ 380,27	R\$ 672,06	R\$ 741,16	R\$ 1.896,79
Juros Cheque Especial	R\$ 720,85	R\$ 1.170,87	R\$ 1.037,85	R\$ 1.768,38	R\$ 4.697,95
Tarifa de Ren Ch Especial	R\$ 17,50	R\$ 17,50	R\$ 0,00	R\$ 17,50	R\$ 52,50
Tarifa Doc/TED	R\$ 34,00	R\$ 22,00	R\$ 57,00	R\$ 78,00	R\$ 191,00
Tarifa Adto Depositante	R\$ 0,00	R\$ 50,00	R\$ 8,00	R\$ 10,00	R\$ 68,00
Juros Adto Depositante	R\$ 0,00	R\$ 115,21	R\$ 129,24	R\$ 94,96	R\$ 339,41
Tarifa Liberação de Crédito PJ	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21,90	R\$ 43,80	R\$ 65,70
Tarifa de Alienação Veículos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 360,00	R\$ 360,00
Soma	R\$ 80.917,86	R\$ 78.796,38	R\$ 78.009,47	R\$ 84.471,60	R\$ 322.195,31

BANCO B					
PRODUTOS	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	SOMA
Tarifa Pacote de Serviços	R\$ 108,00	R\$ 108,00	R\$ 108,00	R\$ 108,00	R\$ 432,00
Empréstimos	R\$ 4.710,18	R\$ 3.296,16	R\$ 5.967,09	R\$ 4.693,48	R\$ 18.666,91
Tarifa de Serv diversos SMS	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 20,00	R\$ 15,00	R\$ 65,00
Tarifa de Extratos	R\$ 0,00	R\$ 26,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26,00
Tarifa de Doc/TED	R\$ 0,00	R\$ 8,00	R\$ 8,00	R\$ 14,80	R\$ 30,80
Tarifa de Ren de Cadastro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24,00	R\$ 24,00
Tarifa de Emissão de OP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22,32	R\$ 22,32
Soma	R\$ 4.833,18	R\$ 3.453,16	R\$ 6.103,09	R\$ 4.877,60	R\$ 19.267,03

BANCO C CTA 1					
PRODUTOS	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	SOMA
IOF	R\$ 169,70	R\$ 151,36	R\$ 116,95	R\$ 110,46	R\$ 548,47
Juros Cheque Especial	R\$ 2.610,06	R\$ 3.314,81	R\$ 3.652,27	R\$ 3.618,96	R\$ 13.196,10
Tarifa de DOC/TED	R\$ 14,00	R\$ 70,00	R\$ 7,00	R\$ 14,00	R\$ 105,00
Título de Capitalização	R\$ 344,97	R\$ 344,97	R\$ 344,97	R\$ 344,97	R\$ 1.379,88
Empréstimo	R\$ 22.017,90	R\$ 38.957,28	R\$ 36.082,49	R\$ 36.117,43	R\$ 133.175,10
Tarifa Mensalidade Pacote	R\$ 28,50	R\$ 85,50	R\$ 85,50	R\$ 85,50	R\$ 285,00
Tarifa Renovação de Cadastro	R\$ 30,00	R\$ 0,00	R\$ 30,00	R\$ 0,00	R\$ 60,00
Soma	R\$ 25.215,13	R\$ 42.923,92	R\$ 40.319,18	R\$ 40.291,32	R\$ 148.749,55

BANCO C CTA 2					
PRODUTOS	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	SOMA
IOF	R\$ 245,41	R\$ 317,36	R\$ 185,97	R\$ 295,16	R\$ 1.043,90
Juros Cheque Especial	R\$ 1.548,28	R\$ 2.489,30	R\$ 2.766,45	R\$ 2.207,51	R\$ 9.011,54
Tarifa Mensalidade Pacote	R\$ 85,50	R\$ 85,50	R\$ 85,50	R\$ 85,50	R\$ 342,00
Tarifa Compensação Cheques	R\$ 24,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24,72
Taxa MDR - Cartões	R\$ 57,67	R\$ 102,35	R\$ 82,54	R\$ 136,87	R\$ 379,43
Tarifa de DOC/TED	R\$ 21,00	R\$ 56,00	R\$ 28,00	R\$ 28,00	R\$ 133,00
Título de Capitalização	R\$ 320,13	R\$ 320,13	R\$ 330,63	R\$ 335,88	R\$ 1.306,77
Empréstimos	R\$ 4.226,28	R\$ 2.617,61	R\$ 2.618,92	R\$ 2.616,30	R\$ 12.079,11
Equipamento Cartões Crédito	R\$ 614,40	R\$ 614,40	R\$ 614,40	R\$ 599,40	R\$ 2.442,60
Tarifa de Renovação Cadastro	R\$ 30,00	R\$ 0,00	R\$ 30,00	R\$ 0,00	R\$ 60,00
Soma	R\$ 7.173,39	R\$ 6.602,65	R\$ 6.742,41	R\$ 6.304,62	R\$ 26.823,07